

ISBN: 978-85-61458-89-8



**FUNDAMENTAL II**  
ANOS FINAIS  
ENSINO MÉDIO

Tamires Costa



Independência do Brasil NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO

Tamires Costa

FUNDAMENTAL II | ANOS FINAIS | ENSINO MÉDIO

Tamires Costa



# Independência do Brasil

## NA BAHIA:

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO







# Independência do Brasil NA BAHIA:

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO





“Independência do Brasil na Bahia:  
Memória e Patrimônio no Recôncavo”  
Copyright © 2024, Tamires Costa

JERONIMO RODRIGUES  
Governador do Estado da Bahia

BRUNO MONTEIRO  
Secretário de Cultura

VLADIMIR COSTA PINHEIRO  
Diretor Geral da Fundação Pedro Calmon

CARUSO COSTA  
Chefe de Gabinete da Fundação Pedro Calmon

FRANKLIN OLIVEIRA  
Diretor do Centro de Memória da Bahia

CAPA

Arranjo gráfico da Agência Objectiva sobre ilustrações do artista Antônio Parreiras no quadro “O Primeiro Passo para a Independência da Bahia”

REVISÃO  
Tamires Costa

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO  
Empresa Gráfica da Bahia

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe da Getec da Diretoria de Bibliotecas Públicas da Fundação Pedro Calmon.

C876i

Costa, Tamires.

Independência do Brasil na Bahia: memória e patrimônio  
no Recôncavo / Tamires Costa. - Salvador : Fundação Pedro  
Calmon, 2024.

98 p. : il. ; color.

ISBN: 978-85-61458-89-8

1. Bahia - História. 2. Brasil - História - Independência  
da Bahia. 3. Independência da Bahia. I. Título.

CDD: 981.42

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação de direitos autorais. (lei 9.610/98)



## AGRADECIMENTOS!

Não cheguei até aqui sozinha! Na vida, construímos conhecimentos por meio das experiências e das vivências coletivas. Minha vida acadêmica foi marcada por bons momentos, conheci profissionais incríveis que marcaram minha formação. Esse trabalho sem dúvida, foi o mais diferente e difícil de tudo que já fiz, e por isso me trouxe medo, estranhamento, desânimo, mas principalmente o desejo de superar as dificuldades, acredito que consegui! A satisfação pela finalização dessa etapa é ainda maior, por está contribuindo para a educação da minha terra, fazendo algo positivo, que ajuda para o fortalecimento e valorização do conhecimento dos meus. Só por isto, já sinto uma enorme alegria, um prazer pessoal.

Sobre pessoas que tive a sorte de conviver e aprender posso falar de um dos meus orientadores. Realmente fui uma sortuda, foram duas pessoas competentes, pacientes e queridas, me auxiliando durante todo esse tempo no mestrado. Ao professor Sérgio Guerra Filho, agradeço por tudo, pelas críticas, orientações e correções, aprendi muito e levarei para vida os ensinamentos. A minha orientadora pela segunda vez, professora querida e amada Rita Dias, obrigada pela confiança, pelo respeito e por tudo que representa para mim, a senhora é minha referência. Falando em referência, não poderia deixar de agradecer ao professor Cláudio Orlando, indiretamente ele esteve comigo nesse processo, agradeço todos os dias pela sua existência e por ter tido o prazer de conhecer mais, esse ser lindo e especial que o senhor é!

Gratidão a todos vocês, a minha família, motivação e força para lutar, aos amigos, ao corpo docente do Mestrado (UFRB) que me deu a oportunidade de aprender e expandir minha formação, à Cachoeira pela inspiração diária!







## HISTÓRIA E IDENTIDADE DA BAHIA

A guerra de Independência do Brasil na Bahia cuja sua data magna é o 2 de julho de 1823, se consolidou com um dos mais importantes marcos históricos para a preservação de nossa cultura, e identidade. As comemorações e festejos em celebração ao Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia que ocorreram durante o ano de 2023, com a realização de diversas atividades do Governo do Estado através de suas secretarias, fundação, e demais órgãos, assim como das diversas organizações da sociedade civil e demais poderes públicos corroboram enquanto importantes contribuições para a construção de uma sociedade consciente de sua história incentivando a aprendizagem contínua ao longo do tempo, promovendo valores positivos, fortalecendo a identidade nacional e diversidade cultural, étnica, religiosa e social de modo a promover o respeito pela pluralidade e que contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura e Fundação Pedro Calmon, reconhecendo a importância do 2 de julho de 1823 para a formação e desenvolvimento do Povo da Bahia nos seus diversos aspectos social, cultural e eco-

nômico, transmitindo valores fundamentais e importantes para a sociedade e o impacto duradouro que fortalece os laços entre gerações anteriores, gerações presentes e futuras a partir do seu Legado, promove a publicação deste livro paradigmático intitulado *Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo*, escrito pela historiadora Tamires Costa.

As comemorações do Bicentenário nos oportunizam revisitar esse acontecimento histórico com novos olhares, possibilitando uma reparação histórica acerca da importância de diversos segmentos e personalidades, os Negros libertos, e os escravizados que vislumbravam sua liberdade a partir da independência, e mulheres como Joana Angélica e Maria Felipa que lutaram bravamente e que tiveram papéis preponderantes no decurso do processo das lutas por nossa independência, fundamentais para a vitória contra o julgo português.

Essa publicação é imprescindível para que nossos estudantes, conheçam ainda mais a riqueza histórica e o valor aguerrido dos nossos antepassados que lutaram para livrar o Brasil e a Bahia



do julgo autoritário do colonizador europeu. É mais um legado do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia que o

Governo do Estado entrega para sociedade, fortalecendo nossas memórias de lutas pela liberdade e emancipação do nosso povo.

**Vladimir Costa Pinheiro**

Diretor Geral

Fundação Pedro Calmon /SECULT-BA



## APRESENTAÇÃO

O poder da História dialoga com a história do Poder. E o Poder no Brasil foi historicamente constituído pelos valores daqueles que conduziram um processo extenso e violento de colonização: as elites europeias. A história que durante muitos anos nos foi contada foi a história elaborada e disseminada por essas elites. Uma história consequentemente marcada pela ausência daqueles e daquelas que efetivamente a construíram: o povo. Colorir de gente essa história apresentada em um quadro de memória um tanto acinzentado tem sido a grande tarefa a nós colocada. Afinal, a despeito de todo o apagamento – simbólico e físico – o povo tem sido fundamental para a construção do Estado brasileiro enquanto uma Nação.

No ano de 2023, ano em que celebramos o Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, o Governo do Estado se lançou no desafio de somar esforços junto ao povo em sua disputa de narrativa em torno de uma outra História que reconheça o protagonismo e a diversidade popular. Neste caso, a real história da Independência do Brasil. E neste ano de 2024 segue firme na mesma tarefa.

Estas ações, cujo objetivo é ressignificar o sentido da emancipação política do país, tem sido buscada através do envolvimento de toda a sociedade baiana, brasileira e até mesmo internacional. A política que estamos promovendo, a frente do Governo do Estado é uma política que rompe barreiras por não se restringir a um território, atingindo inúmeros outros municípios. Ou seja, ultrapassa os limites do Estado e chega em outras unidades da federação; e as fronteiras do país, chegando a outras nações. O que exigiu de nós muita dedicação e um trabalho intenso para que uma rica programação fosse elaborada. A exemplo da nossa Rota *Bahia: Memórias de Lutas e Liberdade*, uma verdadeira territorialização das celebrações na qual percorremos vários dos municípios que contribuíram, de alguma forma, para a consolidação da nossa Independência. Percorreremos ainda mais em 2024: inaugurando marcos culturais; promovendo aulas públicas; e apresentações lúdicas com potencial de envolvimento da população local.

Em parceria com a Secretaria de Educação, temos levado para dentro das escolas o tema da Independência do Brasil na Bahia de forma muito criativa e interativa, com gincanas; conteúdos



produzidos pelos próprios estudantes, como minidocumentários; materiais didáticos comprometidos com a temática; além de um curso específico de formação para professores sobre a história de Independência.

Esta publicação integra esse conjunto de ações e se insere no que chamamos de Eixo de Legado. Afinal, pensamos não só no que

está na ordem do dia, mas sobretudo no legado que precisa ser deixado para gerações futuras. Acreditamos que materiais como este que estão sendo elaborados e publicados e que, seguramente, guardam uma dimensão de ordem pedagógica, ficarão para história dado seu potencial de circulação de conhecimento e de informação.

**Bruno Monteiro**

Secretario de Cultura do Estado da Bahia

## O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Os 200 anos de emancipação política do Brasil em relação à Portugal é completado em um momento particularmente importante para a história política do Brasil. Momento no qual o país vive um processo de restituição das suas bases democráticas ainda há pouco profundamente degradadas.

Retomar a Democracia não apenas como uma forma de governo, mas, sobretudo, como uma forma de vida perpassa pela afirmação de valores fundamentais para a experiência democrática, a saber: a justiça, a igualdade e a liberdade. E é neste cenário, em que exemplos de lutas e afirmação de liberdades se impõe como uma necessidade imperiosa, que a Bahia se reafirma como um Estado de importância político-pedagógica para o Brasil.

O emblema “Bahia, Terra da Liberdade”, que acompanha o selo do Plano de Ações do Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, lançado pelo Governo do Estado, não foi escolhido por acaso: muitos são os exemplos de lutas por igualdade, justiça e liberdade, registrados pela historiografia baiana. Todos eles constituídos pela presença marcante das camadas mais populares.

Merece destaque a Conjuração Baiana, de 1798: evento que já guardava em seu núcleo de ação germens de liberdade e manifesto desejo de extensão de cidadania e direitos para o conjunto da população mais ampla. Para os revoltosos, isso só seria possível através do rompimento com a metrópole portuguesa. O desejo de emancipação política já existia, portanto, desde o século XVIII. Ou seja, antes mesmo da chegada da família real no Brasil, em 1808. O que denota que a própria independência política do Brasil foi resultado de um longo processo que começou bem antes do tão propalado “Independência ou morte”, às margens do Ipiranga, em sete de setembro em 1822.

A Bahia se coloca, neste sentido, em um lugar de vanguarda não apenas nas lutas por liberdade, mas até mesmo em defesa de um projeto de nação no qual o povo deve estar incluído. O Império e a República foram exitosos em dar ao Brasil um Estado, mas não o constituíram como uma nação em sentido pleno. Apesar da proximidade dos termos, Estado e Nação não são sinônimos: a substância que da forma ao primeiro é de natureza humana; são as pessoas. Já o segundo, é constituído, para além das pessoas,



pelo sentimento de pertencimento. O que só é possível quando há o reconhecimento das diferenças e a integração da diversidade. Isto é, quando há um “povo” – no sentido de uma comunidade de cidadãos. E, no Brasil, o povo sempre foi relegado a segundo plano pelas forças dirigentes nos momentos mais decisórios da nossa história. Não por acaso o escritor Lima Barreto escreveu, de maneira irônica, que “o Brasil não tem povo, tem público”. Pois nessa condição o povo teria assistido à proclamação da República e também nessa condição teria assistido a Independência do Brasil contada pela historiografia oficial. Ocorre que é justamente o que não aconteceu nos levantes baianos bem como na própria guerra de independência travada aqui na Bahia. Antes, estes integraram o povo em sua diversidade em torno de uma “comunidade imaginada”: uma comunidade indistinta de brasileiras e brasileiros.

Sem um Exército Brasileiro organizado, o povo se reuniu em torno de um sentimento e de um objetivo comum: defender a já amada pátria. A participação de homens, mulheres, agricultores, negros escravizados e libertos, trabalhadores pobres e indígenas foi decisiva para a consolidação da real Independência do Brasil.

Através dessa expressiva participação popular é possível notar uma verdadeira territorialização da guerra travada na Bahia em

que muitos municípios do interior do estado colaboraram para as nossas lutas: enviando voluntários, armas, mantimentos, ou mesmo travando em seus territórios modos diversos de resistência. E é justamente em função dessa diversidade de participação popular que as referências da Independência do Brasil na Bahia foram sendo constituídas. Em torno não de um, mas de uma diversidade de personagens: Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, o general Labatut, o Corneteiro Lopes, João das Botas, as Caretas do Mingau, dentre outras. Apontando, mais uma vez, para a dimensão coletiva que exige a construção de uma nação.

O historiador baiano João José Reis escreveu que a Bahia tem personalidade de país, e o 2 de Julho é o seu principal mito de origem. Essa é uma afirmação que nos possibilita interpretar o potencial que a Bahia tem de ofertar ao Brasil uma outra imaginação de país, que tenha como mito fundador uma história tecida e representada pelo povo e por suas lutas. Afinal, é isso que o cortejo 2 de julho representa. O cortejo que, aliás, é uma das celebrações populares mais bonitas do país justamente em virtude da sua diversidade; e que consta, desde o ano que se seguiu a expulsão das tropas portuguesas, no calendário cívico da Bahia. Ele é um momento fundamental para pensar a nossa memória coletiva;

reafirmar as nossas tradições; e o nosso projeto inclusivo de nação. Além da sua capacidade, simultânea, de nos instigar e encantar.

O Governo do Estado segue firme e convicto da importância de preservar a história e a memória da Independência do Brasil na Bahia. Com a otimista expectativa de que esta publicação possa contribuir para afirmar, ou mesmo fazer germinar, as bases cogni-

tivas e afetivas de um sentimento de nação que tenha o povo em seu centro. E que a história da Independência do Brasil, ocorrida aqui na Bahia, possa inspirar outros estados da Federação. Afinal, se existe um ponto de partida a partir do qual a democracia no Brasil será reafirmada, esse ponto, sem hesitar, é a Bahia!

**Jerônimo Rodrigues**

Governador do Estado da Bahia





## PREFÁCIO

Andar pelas ruas das cidades históricas do Recôncavo da Bahia, nos dá sempre a sensação de um compartilhar de tempos, de histórias e experiências, que embora vividas e protagonizadas por outras pessoas, nos afetam de uma forma tão profunda, que nos sentimos parte, como se não só soubéssemos das histórias narradas, mas sim, que tomamos parte nelas.

Os caminhos que levam ao Recôncavo estão todos marcados pelas vidas do povo negro, em suas múltiplas interfaces com os povos indígenas, primeiros habitantes do que foi posteriormente denominado de recôncavo da baía, bem assim, com as facetas do convívio com os imigrantes europeus que se instalaram nessas terras. É nos muitos enredos existenciais de nossos antepassados e de nossos ancestrais, que se ergueu a pujança sócio-econômica, a riqueza sócio-histórica e cultural e a beleza patrimonial que se fez herança pelas sociedades contemporâneas.

Nesse intrincado fluxo de vidas, de diferentes cosmo percepções e experiências civilizacionais, mas, também nas tramas urdidas pela escravização e pela colonização, que se forjou uma socieda-

de que em face das gritantes desigualdades sociais, se organizou em diferentes níveis, modos e estratégias, para lutar pela liberdade, pela igualdade entre os indivíduos em sociedade, e muito particularmente, por uma organização social e política, que antevia que, exclusivamente, pela via da participação indistinta dos sujeitos sociais, se faria uma verdadeira Nação brasileira.

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira goza de um lugar de destaque nesse histórico enredo emancipatório, narrado neste livro, que aborda as lutas pela Independência na Bahia, e que traz os acontecimentos em torno da vitoriosa campanha nacional brasileira, contra o jugo português, que culminou no glorioso 2 de julho de 1823, como cerne da narrativa.

Neste livro, fruto de uma laboriosa pesquisa acadêmica de sua autora, Tamires Costa, inspirada em um anterior projeto de educação pela cultura e pela história local, desenvolvido em São Félix entre os anos de 2006-2008, vemos abordada de forma criativa, ilustrada, interativa e experiencial, para estudantes e professoras/es, a história das Lutas e das/os Lutadoras/es pela



Independência do Brasil, no Recôncavo da Bahia, na singularidade que é uma das suas principais lapidações, o fato de ser narrada por uma jovem historiadora negra, natural da Cidade de Cachoeira, formada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Mestrado de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, um conjunto que constitui, por si só, a continuidade daquelas lutas por emancipação, igualdade e justiça social, empreendidas nos remotos séculos XIX e XX.

O que este livro aspira, a meu ver, é justamente a atualização e a continuidade dessas lutas por liberdade, igualdade e justiça social. Ele faz isto, trazendo à mostra um conjunto de informações meticulosamente compiladas, de modo a que estudantes e professoras/as possam dialogar, inquirir, divulgar e ampliar conhecimentos que estão, em boa medida, ainda subjugados na “escrita oficial” sobre a História do Brasil e dos/as brasileiros/as.

O livro é, portanto, um convite efusivo à continuidade da luta, por novos sujeitos históricos e culturais, e em diferentes modos e abordagens da luta. Ele se destina à escola, à educação formal, mas também é um ótimo livro para “puxar conversa” nas rodas entre amigos, entre vizinhos, entre participantes de grupos, projetos e organizações culturais, recreativos, dentre outros

ambientes de convívio, nos quais conhecimento intergeracional, saberes populares e tradicionais sejam abordados, a exemplo de grupos de capoeira, terreiros de religiões de matrizes africanas e centros culturais.

Li o livro e realmente tive vontade de sair caminhando pelas ruas de Cachoeira, São Félix, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, quem sabe chegar até Salvador, lá em Pirajá, e de lá subir até o Pelourinho. Deu vontade de, ao ler o livro, ir mesmo até aquela rua, aquele prédio que é mencionado, e lá sentir de novo a vibração da história narrada. Esse livro chama a gente para conhecer, para compartilhar das histórias, para dar continuidade e vida para elas.

Desejo que nessa leitura participativa e interativa, nessa educação que tem no vivido seu patrimônio a ser conhecido e preservado, também se faça a vitalização da nossa história local, na conjugação possível entre ela e toda a historiografia brasileira, e que surjam outras/os historiadoras/es, como Tamires Costa, também dispostas/os a fazer da história arraigada nas pessoas e no nosso cotidiano, fixada nas estruturas seculares do patrimônio material de nossas cidades, esse material fecundo da formação, que nos faz

pessoas orgulhosas de um legado histórico, de uma identidade étnicorracial e de uma herança ancestral.

Que seja boa essa sua caminhada pela nossa História, querido/a leitor/a!

**Rita de Cássia Dias**

Cachoeirana-Sanfelixta, Educadora Negra. Docente da UFRB.





## SUMÁRIO

À Ao Estudante!.....	21	O protagonismo popular e o Recrutamento de soldados na Guerra.	53
<b>INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO .....</b>	<b>23</b>	As mulheres em Guerra na Bahia .....	55
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: .....	25	As Heroínas da Independência na Bahia.....	55
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO .....	25	Maria Quitéria de Jesus .....	56
CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DA .....	28	Maria Felipa.....	59
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1808-1823) .....	28	As “Caretas do Mingau” de Saubara.....	61
O dia do “grito”: Independência para o Brasil.....	32	<b>HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: LUGARES DE MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA EM CACHOEIRA-BA .....</b>	<b>65</b>
Um pouco de História e Ficção .....	33	HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: LUGARES DE MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA EM CACHOEIRA-BA .....	67
Outros Símbolos, novas referências.....	35	Educação Patrimonial: uma alternativa possível de conhecimento....	68
Começa a Guerra na Bahia.....	37	Lugares de Memória: “Cachoeira respira história”.....	70
<b>O RECÔNCAVO BAIANO NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA.....</b>	<b>41</b>	Mapa do Centro Histórico de Cachoeira .....	73
O RECÔNCAVO BAIANO NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA.....	43	Lugares de Memória- Patrimônio .....	73
Santo Amaro / Saubara.....	45	Casa de Câmara e Cadeia.....	74
Cachoeira e São Félix .....	48	Praça da Aclamação.....	76
Outras histórias.....	49	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário .....	77
		Casa nº 23 Rua Dr. Milton .....	79
		Conjunto da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira.....	81

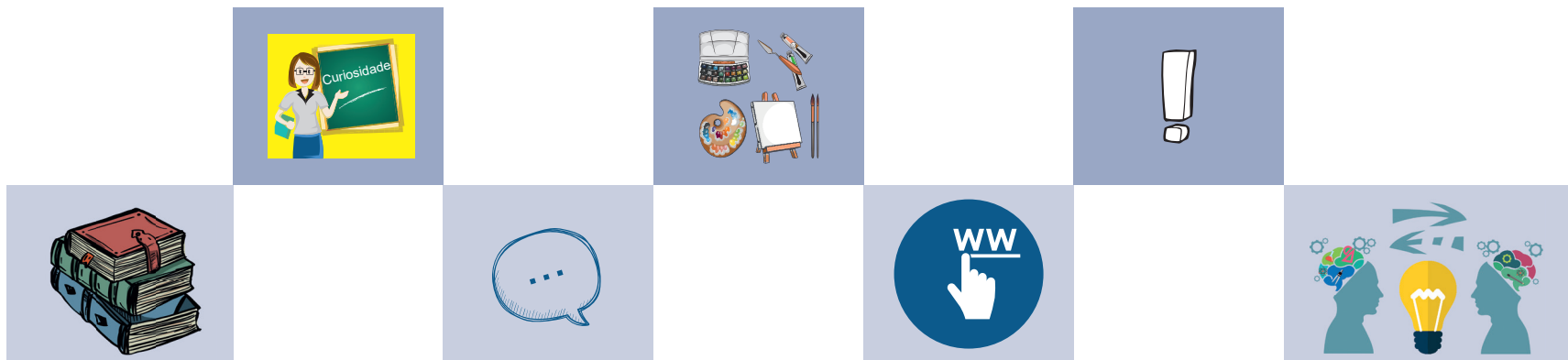
Praça Teixeira de Freitas ..... 82  
O Porto (Rio Paraguaçu)..... 83

**REFERÊNCIAS** ..... 85  
**MANUAL DO PROFESSOR** ..... 87



## ORGANIZANDO O SEU ESTUDO

Para facilitar o seu estudo, os conteúdos estão organizados em capítulos. Então vamos lá! Sempre que aparecer algum destes sinais visuais, você terá um tipo de texto específico, que tornará sua leitura e aprendizagem muito mais dinâmica.





## À/AO ESTUDANTE!

Você está convidado a fazer uma viagem no tempo, ou várias viagens, como desejar! O livro, “Independência do Brasil na Bahia: memória e patrimônio no Recôncavo” é uma produção didática que tem como público-alvo, os(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Elaborado para você, com o objetivo de socializar o conhecimento histórico sobre a temática da Independência do Brasil na Bahia, a partir dos fatos ocorridos no Recôncavo, explorando principalmente o conteúdo que centraliza os acontecimentos e a contribuição decisiva da Bahia no processo de emancipação política do Brasil, no século XIX e oferecer, ao público uma viagem aos momentos marcantes do processo que resultou na Independência do Brasil na Bahia, apresentando a história a partir da participação da população das Vilas da Região do Recôncavo.

O tema central do livro é o processo de Independência ocorrido na Bahia, em 1823, no entanto, a narrativa é direcionada para outras histórias e lugares até então pouco conhecidos, como é o caso das Vilas do Recôncavo na guerra. Essa região durante o conflito assumiu um importante papel na organização política e estraté-

gica, colocando parte de sua população, com papel significativo para a consolidação da vitória brasileira.

Sendo assim, trabalharemos em prol da conscientização sobre importância do acervo patrimonial e da memória coletiva, construída sobre os lugares que foram cenário dos acontecimentos das lutas pela emancipação do Brasil, especialmente os que existem em Cachoeira, tendo como principal objetivo possibilitar aos estudantes, o conhecimento da história a partir da utilização desses espaços e símbolos históricos, como instrumentos e estratégias de ensino e de aprendizagem no ensino de História, fortalecendo assim, suas construções identitárias, espaços que resistem ao tempo e fazem parte do presente.

Os conteúdos e temas abordados poderão auxiliar o conhecimento e reflexões acerca do processo que resultou na Independência do Brasil, por isso é importante você, estudante, aproveitar o livro e tudo que ele oferece, conheça mais sobre a região do Recôncavo baiano, sua população e importância para o Brasil, sobretudo para a História da Independência na Bahia, no século XIX.



O livro é composto por três capítulos, que abordarão os fatos históricos relacionados à Guerra e os processos que envolveram a região do Recôncavo da Bahia, principalmente as cidades de Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, Saubara e Salvador. Vamos conhecê-lo mais um pouco?

No primeiro capítulo, o(a) estudante encontrará o contexto histórico, momento que serão apresentadas quais foram as principais influências internas e externas, especialmente, as de ordem econômica e política, que fomentaram as lutas pela independência. Nesse capítulo, o público conhecerá os momentos decisivos para a situação do Brasil no século XIX, sobretudo aos fatores que levaram a entrada da Bahia no conflito em prol da Independência.

No segundo capítulo, você estudante, encontrará um debate sobre a participação das populações das Vilas do Recôncavo na Guerra de Independência, entendendo quais foram as principais motivações que influenciaram a entrada dessas pessoas nas lutas pela Independência na Bahia. Tratando ainda, da contribuição dos grupos subalternos, como: negros(as) escravizados, libertos, mulheres, as populações indígenas, dentre outros, que participaram das lutas na Bahia, e que, portanto, necessitam de um olhar especial dentro do contexto histórico.

O terceiro capítulo é o mais interessante de todos, pois será o momento para aprofundarmos nossos conhecimentos sobre Cachoeira e a participação de sua população no movimento de luta pela independência do Brasil, fazendo isso através do patrimônio material da cidade. Nesse capítulo, são explorados os principais fatos que organizaram e definiram o início da guerra contra Portugal. Será apresentada a riqueza patrimonial da cidade, seus prédios, praças e igrejas, relacionando esses espaços, denominados de Lugares de Memória, com os fatos históricos da Independência, discutindo sua importância para a educação histórica e patrimonial, e seu valor na formação para a cidadania e construção identitária dos(as) estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Médio. Esse livro foi escrito para você! Para você que é curioso, gosta de aprender coisas novas, nele poderá refletir sobre a importância do 2 de julho, enquanto um marco histórico para o Brasil, pensando a data como uma construção coletiva do povo baiano, pessoas comuns, que contribuíram para a consolidação da Independência do Brasil.

Vamos lá!





## INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO







## INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO

Para muitos, a Independência do Brasil ocorreu no dia 7 de setembro de 1822, data historicamente apontada como o momento em que D. Pedro, com seu ato heroico, traz a liberdade ao povo brasileiro. No entanto, essa ruptura política do Brasil foi um processo muito mais complexo, e que devemos considerar outros espaços, lugares e personagens que estiveram direta e indiretamente ligados ao momento analisado. Portanto, a Bahia e a luta de sua população pela Independência representam um dos mais importantes momentos da História Local e Nacional, e que precisa ser entendida por você, estudante, como um elemento da sua formação.

As lutas populares e o famoso “grito” às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo, representava a finalização da relação de exploração do Brasil por Portugal, levando ao entendimento que o país e toda população viveriam uma nova realidade política, de mudanças sociais e prosperidade econômica. Porém, a História seguiu outro caminho, e o “grito” não foi ouvido por todas as partes do Brasil, e não representou também, todas as pessoas e classes sociais. A Independência, na prática, foi vista e sentida de maneiras diferentes,

dependendo da classe social e da região do país. A Independência não produziu os efeitos esperados, para grande parte das pessoas que aqui viviam principalmente para as populações escravizadas de mulheres e homens, assim como, para a população mais pobre da época.

Um bom exemplo desse fato aconteceu na Bahia, que mesmo após o processo de ruptura entre Brasil e Portugal em 1822, continuava vivendo com a vigilância e dependência econômica portuguesa, ao mesmo tempo em que, parte de sua população encontrava-se em extrema miséria, e a economia ainda muito ligada às práticas e políticas lusitanas de controle da população, e do comércio em especial. Essa realidade foi motivo de insatisfação e revolta de parte da população provinciana.

Assim, a província da Bahia durante o período de novembro de 1821 a julho de 1823, viveu em grande tensão, medo e agitação. Houve guerra, luta e desejo de separação de Portugal. O grito dado em setembro de 1822, no Ipiranga só foi ouvido e produziu resultados reais em julho de 1823, com o fim da guerra em Sal-





vador, após duro e heroico combate pela Independência do Brasil na Bahia.

No entanto, a população da “cidade da Bahia”, como era conhecida Salvador, não fez a guerra sozinha, nem poderia sair vencedora das lutas, sem a ajuda dos povos de outros lugares da província da Bahia, a região do Recôncavo baiano, foi muito importante nesse processo, enviando tropas e comandos de guerra para atuar no conflito. Assim, o Recôncavo ficou conhecida como área da resistência baiana, especialmente pela contribuição decisiva de sua população para a consolidação da vitória dos baianos, no dia 2 de julho 1823.

É fato que a guerra na Bahia foi também uma oportunidade de diferentes classes sociais, reivindicarem seu espaço. Entretanto, os interesses dos grandes proprietários de engenhos do Recôncavo não eram os mesmos de negros(as) escravizados(as) que visavam sua liberdade, fazendo desses interesses uma grande contradição no conflito, ao ameaçar o poder da elite local.

Na época da Guerra de independência, o Recôncavo da Bahia era uma região de grande movimentação econômica e de importância política, destacando-se principalmente pela produção e exportação do açúcar, produzido nos inúmeros engenhos (fábricas produ-

toras de açúcar) ali instalados e pelas Vilas de grande importância, como Santo Amaro, São Francisco do Conde, Maragogipe, Jaguaripe e Cachoeira. Nas fazendas e nas Vilas, a maior parte do trabalho era feita por homens e mulheres escravizadas.

A Independência poderia significar liberdade para a maioria da população negra da Bahia, sobretudo submetida ao sistema escravista. Muitos dos escravizados viam na participação da guerra o fim da condição desumana em que viviam. Já os ricos e brancos (senhores e senhoras de engenho), buscavam mais liberdade de comércio dos seus produtos, do açúcar, principalmente. Eles acreditavam que a relação de dependência econômica e política do Brasil para com Portugal impedia seu enriquecimento e aumento do seu poder.

A contribuição das populações das Vilas do Recôncavo e de outras regiões da província foi importante durante guerra, principalmente para a sua organização estratégica, especialmente com o envio de soldados para fortalecer o exército. Naquele cenário conflituoso, podemos dizer que entre tantas Vilas e distritos do Recôncavo, algumas se destacaram, colaborando para a consolidação da guerra, e da vitória brasileira. Dentre tais localidades, podemos destacar as Vilas de Santo Amaro, São Francisco do

Conde, Maragogipe e Cachoeira. São Félix e Saubara, que tiveram importância nos eventos da Guerra, eram então distritos de Cachoeira e Santo Amaro, respectivamente, e hoje são municípios independentes.

A movimentação das populações das Vilas do Recôncavo era grande e mudava o cotidiano desses lugares envolvidos, principalmente, com a chegada de pessoas vindas da capital, fugindo do exército português, que ocupara a “Cidade da Bahia” em fevereiro de 1822. Outra agitação, muito comum no período da guerra, era a organização de milícias e recrutamento de homens, para servir nos batalhões durante o cerco da capital.

No interior da província, a Vila de Cachoeira teve grande destaque, assumindo o papel de principal liderança política e estratégica durante a guerra. A participação de grande parte de sua população, junto à de outras Vilas, foi importantíssima para o fim do conflito na Bahia.

Entendendo esses lugares a partir dos papéis que desempenharam para a libertação do Brasil de Portugal, devemos, portanto, considerar o valor histórico deles, reconhecendo a participação de sua população como marcante no processo, que foi significativo para a consolidação da unidade, e para a libertação territorial do que hoje chamamos de Brasil.



## CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1808-1823)

Conhecemos a história que envolveu o processo de emancipação do Brasil, principalmente, no contexto vivido no Rio de Janeiro, e os acontecimentos que lá foram protagonizados. Essa realidade nos oferece uma visão reduzida e limitada do processo histórico, que possibilitou ao Brasil ser um território livre do poder português no século XIX.

Apresentaremos parte do processo histórico através de outras narrativas, explorando a participação de sujeitos e espaços em outra dimensão e realidade diferente da Capital do Reino. Naquele período não existia Brasil, como um país que conhecemos hoje, portanto eram comuns projetos e interesses individuais e coletivos diferentes e, até mesmo, opostos.

A separação entre o Brasil e Portugal aconteceu oficialmente em 7 de setembro de 1822, mas sabemos que aquele momento foi um ato representativo, simbólico e não uma ação com efeitos e mudanças suficientes para concluir a ligação de dependência entre o Brasil e o governo português. Esse fato nos revela, portanto, a fragilidade da imagem que se pretendia passar, de um momento harmonioso e pacífico entre o Brasil e Portugal.

Desde a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, quando fugia das guerras na Europa e, principalmente da França, e do cerco do exército napoleônico, que ameaçava invadir Portugal, o Brasil iniciava gradativamente o processo que resultaria na separação de Portugal, e conseqüentemente, o fim do Sistema Colonial:



A vinda da família Real portuguesa para o Brasil foi um momento crítico, levando a realeza portuguesa a “fugir” da sua metrópole em direção a sua principal fonte de sobrevivência, sua colônia, fato nunca antes ocorrido. (DIAS, 1972, p.166)

A chegada da Corte ao Brasil, produziu inúmeras mudanças. Ao instalar-se em terras brasileiras, a Corte portuguesa iniciava um projeto de transformação, voltado principalmente para a criação

de um espaço minimamente organizado para receber a nobreza portuguesa. Com isso, a chegada da Corte na sua Colônia acabou criando as condições mínimas e necessárias de estrutura física e



administrativa para sua instalação, fato que influenciou diretamente a construção de um Brasil independente alguns anos depois.

Entre as mudanças que marcaram a história da então Colônia, foi quando Portugal decretou a abertura dos portos ao livre comércio às nações amigas, já em 1808, favorecendo especialmente a Inglaterra, depois ocorreu a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Essas são as principais mudanças realizadas por

D. João, alterando, definitivamente, a relação entre Metrópole e Colônia, elevando o Brasil à condição de Reino português. Esses dois atos representaram o fim da ligação de monopólio e do regime colonialista da época. Na prática, essas mudanças foram essenciais para a Independência do Brasil, que ocorreriam poucos anos depois, inclusive através das ideias revolucionárias, que foram facilitadas com essas mudanças, como Emília Viotti da Costa já dizia:



“À abertura dos portos em 1808 e a entrada de estrangeiros em número crescente a partir dessa data, intensificando os contatos entre Europa e Brasil, facilitaram mais ainda a divulgação de ideias revolucionárias.” (COSTA, p.28).

A mudança da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 marcou o começo de uma nova era. Significou uma rápida alteração na então Colônia, principalmente no Rio de Janeiro, capital do Brasil. Essas transformações acabaram invertendo, de certo modo, os papéis, entre Portugal e Brasil, ou seja, a Colônia assumiu o lugar de metrópole, centro político e administrativo da Corte portuguesa, a casa do Rei. Essa situação inusitada ajudou a criar um ambiente fértil de conflito e divergências de ideias e interesses, especialmente entre os portugueses, descontentes com a posição “inferior” em que se encontravam.

Em Portugal, essa situação de inversão de posição com o Brasil, somada à crise econômica e política que vivia a Europa, motivou o início da Revolução do Porto de 1820 em Portugal. Os revolucionários portugueses exigiam, principalmente, o retorno da Corte, e com ela, todos os poderes centralizados em Portugal, como era antes da mudança da Corte para o Brasil. Essa transformação na ordem provocou grandes perdas em Portugal, gerando revolta e conflito por grande parte da população que vivia em crise econômica e dos setores dirigentes da sociedade portuguesa.





O conflito gerado entre brasileiros e portugueses, foi fortemente influenciado pela Revolução do Porto em 1820. As diferenças e queixas entre eles foram renovadas e intensificadas com os con-

flitos iniciados a partir desse período. Assim, a Revolução Liberal marcou a história como o “golpe final” para a formalização da Independência do Brasil.

## IMAGEM CONTAM A HISTÓRIA



- ☞ Observe a imagem ao lado e perceba seus aspectos principais. É uma imagem de uma assembleia com deputados portugueses e representantes de províncias do Brasil. Trata-se de uma representação que tenta simbolizar a agitação nas Cortes em Portugal, especialmente pelo desejo de reorganização do Sistema Colonial, ou recolonização do Brasil, que estava em risco.
- ☞ Quais detalhes chamaram mais sua atenção? E você sabe o que significa o termo *recolonização*?



**Figura 1**

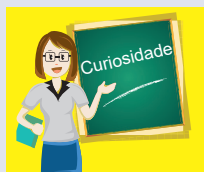
Quadro “A corte de Lisboa” de Oscar Pereira Silva (1865-1939). A cena retrata deputados reunidos em Assembleia numa sessão das Cortes de Lisboa em 1820.

De fato, a Revolução de 1820, em Portugal, colaborou com o aumento das divergências e da pressão sobre a situação conflituosa da Colônia portuguesa, especialmente a partir das medidas de controle e centralização econômicas impostas ao Brasil. Essas ações extremas e descontroladas das Cortes foram essenciais para a eclosão da guerra, principalmente, porque contrariavam os interesses dos senhores de terra, escravizados e seus negócios com a Europa.

Esse momento de crise e conflitos em Portugal, influenciou diretamente os acontecimentos na sua Colônia. As notícias chegaram e se espalharam para outras regiões além da capital. Intensificando as desavenças e o descontentamento de alguns setores políticos, e

parte da população, principalmente, nas províncias de maior visibilidade e importância econômica na Colônia, como da Bahia.

Em 1821, D. João e a Corte, após 13 anos no Rio de Janeiro, em meio a muita pressão e ameaças decidem finalmente retornar a Portugal. Essas notícias foram recebidas no Brasil com grande desconfiança e certo medo pela população e pelos grandes proprietários. Nessa altura, D. Pedro decidiu ficar (Dia do Fico) no Brasil, contrariando o desejo da Corte portuguesa, e atrapalhando seus interesses de retomar o controle colonial. Permanecer no Brasil significava desobedecer às Cortes e, por consequência, criar um conflito político entre Colônia e Metrópole, e assim aconteceu.

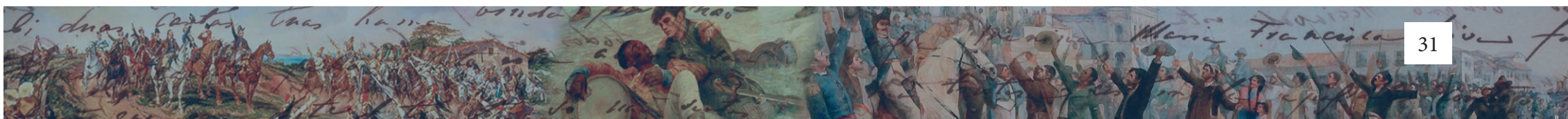


O episódio conhecido como “dia do Fico” – 9 de janeiro de 1822 – consistiu na afirmação do príncipe regente D. Pedro em permanecer no país após ter sido conclamado a regressar a Portugal pelas Cortes de Lisboa, esse episódio significou de alguma maneira, a não ruptura do Brasil com Portugal.

Com D. João VI de volta a Portugal, seu filho D. Pedro ficou como principal representante do Império no Brasil. A política adotada pelo príncipe, inicialmente, foi de imparcialidade e, por vezes, mudava de um lado para outro, dividido entre os brasileiros

e portugueses. Era uma tentativa de manutenção do regime monárquico e da conservação do poder português no Brasil.

Nesse caso, não podemos esquecer que D. Pedro era um representante da nobreza portuguesa e, de alguma forma, representava





a continuidade do poder português no Brasil, embora em muitos momentos, ele se colocasse de maneira dividida entre os interesses do Brasil e os de Portugal. Podemos assim concluir que o processo

de emancipação do Brasil não alcançou os anseios da maioria da população, principalmente da parte mais pobre.

## O dia do “grito”: Independência para o Brasil

### DE OLHO NAS IMAGENS....



As pinturas sempre foram usadas como uma ferramenta de identificação. Era muito comum pintar momentos históricos que simbolizavam os fatos e os grandes heróis. No século XIX, por exemplo, as pinturas e quadros assumiram a responsabilidade de unificar um povo por meio da memória coletiva representadas nas imagens. O quadro ao lado ressalta um momento marcante da História do Brasil propondo criar uma narrativa positiva do fato, em que D. Pedro tem o destaque, como podemos observar.



**Figura 2**

A tela “Independência ou Morte”, de Pedro Américo A tela “Independência ou Morte”, pintada por Pedro Américo, foi encomendada por D. Pedro II ao artista, e foi pintada em 1888, em Florença (Itália), 66 anos depois do Grito do Ipiranga.

O quadro tornou-se símbolo da Independência do Brasil, gravando na memória coletiva a imagem do ato magnífico, do herói, do local e da ação decisiva e valente de D. Pedro ao libertar o Brasil. Esses aspectos distorcem a história e não exploram o processo

de luta que se desenvolveu posteriormente em outras províncias, e que de fato, foram responsáveis pela Independência do Brasil. Observem o que conclui o historiador José Murilo de Carvalho ao analisar a imagem:



“Dom Pedro não podia montar a besta gateada de que falam as testemunhas. O pedestre animal [...] teve o desgosto de ser substituído no quadro pela nobreza de um cavalo. Com maior razão, [...] o augusto moço não podia ser representado com os traços fisionômicos de quem sofria as incômodas cólicas de uma diarreia, [...] o motivo da parada da comitiva às margens do Ipiranga [...]. O uniforme da guarda de honra também foi alterado. A ocasião merecia trajes de gala, em vez do uniforme ‘pequeno’. [...] Pedro Américo atendendo a finalidade da encomenda, buscou construir a imagem de um herói guerreiro, criador de uma nação. [...] (Carvalho, 1999, p. 48)



### Trocando ideias!

Mesmo com a Independência, o Brasil permaneceu no regime monárquico com um representante português no poder. Manteve-se ainda, a mesma estrutura econômica e o sistema escravista como base de produção das riquezas concentradas nas mãos de grandes proprietários

## Um pouco de História e Ficção

7 de setembro é a data oficial do calendário de comemorações da Independência do Brasil. Foi no dia 7 de setembro de 1822 que D.

Pedro, então representante português ainda no Brasil, oficializa a Independência do Brasil, o nascimento de uma nova “nação”,





interessado em evitar sua volta a Portugal, embora esse ato tenha significado muito mais uma encenação com interesse político, do que uma separação real.

Ironicamente, porém compreensivo, que após a exploração de séculos e dependência do Brasil, foi um português, representante da nobreza, o mesmo que “trouxe” a solução para a libertação do Brasil, baseado na construção de um evento isolado da participação popular, escravizada ou livre, de qualquer relação ao contexto da época, e do mesmo modo, desqualificando a contribuição dos “brasileiros” na conquista de sua própria “liberdade”.

A construção do ato simbólico do 7 de setembro de 1822, possivelmente, foi uma atitude pensada e necessária aos interesses e para a continuação de D. Pedro no Brasil que, por sua vez, contrariava seu pai D. João VI e a todo o seu país, no geral, a data sugere uma impressão de resolução de problemas, especialmente da ligação com a imagem exploradora de Portugal, no entanto, as contradições e conflitos entre portugueses e brasileiros não estavam nem próximos de terminar. A declaração de Independência só aumentou os conflitos entre eles. Após o 7 de setembro de

1822, a população brasileira ainda vivia sob o controle dos portugueses, continuavam dependentes e ligados, principalmente pela economia, contrariando os interesses dos envolvidos, em especial da Aristocracia rural e escravocrata.

Assim, a população em geral estava ainda vivendo com as mesmas relações e condições de antes, dependentes econômica e politicamente, sob o controle e poder de Portugal, comprovando, portanto, que a declaração de Independência, em 7 de setembro de 1822, não resolveu as questões sociais que se esperava. Algumas regiões, em particular, vivenciaram ainda mais fortemente o controle dos portugueses, principalmente em lugares de destaque econômico, como era o caso da Bahia.

De certo que isso influenciou o início dos conflitos e de uma guerra pela Independência do Brasil entre 1822 e 1823. A província da Bahia, por exemplo, sofreu com grande resistência, o processo de término do abuso português na sua produção econômica. A separação do Brasil significava, para o governo português, um grande baque nas suas finanças pela perda do controle da produção de açúcar, principalmente da Bahia e da região do Recôncavo.



## Outros símbolos, novas referências...

Alguns outros lugares no Brasil foram construindo seus próprios símbolos de referência à memória da Independência do país. Para além das representações artísticas criadas com o intuito de marcar e unificar a experiência como um ato de importância coletiva, a favor principalmente do interesse político de construir uma História Nacional, outros símbolos tiveram sua criação nos espaços populares, a partir de vivências e referências coletivas das populações dessas regiões.

Na Bahia, um exemplo desses símbolos é o Caboclo (figura masculina) e a Cabocla (figura feminina) como representação da diversidade. Além dos caboclos temos outras personagens como: Maria Felipa, Maria Quitéria e Tambor Soledade, que fazem parte da memória popular no conflito. Tais personagens representam os desejos de grupos sociais, símbolos de destaques nas comemorações e na memória das lutas pela Independência na Bahia, sugerem muito mais que um interesse e necessidade oficial, eles colocam na cena e na história a diversidade de atores e a importância concreta desses grupos no processo de emancipação, levando-os ao espaço central da memória e das comemorações até os dias atuais.

**Figura 3** – Fonte: Arquivo pessoal, 02 de julho de 2016  
O Caboclo é o símbolo maior da Independência na Bahia





Os Caboclos são as principais atrações das comemorações do Dois de Julho. São esculturas de indígenas que, até hoje, saem às ruas para fazer parte do cortejo cívico celebrativo da Independência na Bahia.

(Wlamyra Albuquerque. 1999)

Ele representa a relação cívica, religiosa e cultural dos baianos nas comemorações do 2 de julho, reunindo sentidos identitários, culturais e religiosos em uma mesma figura histórica, referenciado como protagonista do “povo” da terra.

Na cultura popular, o caboclo se apresenta como referência ligado à cultura indígena; valente, corajoso e herói fundador do Brasil, visto a partir de referências religiosas, patriótica e étnica, como um símbolo de força. Frequentemente é evocado como personagem afro, ligado a diversidade religiosa e cultural, colaborando, portanto, para uma aceitação maior das diversas crenças na Bahia. A figura do Caboclo dos desfiles de 2 de julho em Salvador e algumas cidades do Recôncavo acima de tudo, revela a criação simbólica da nação brasileira, a representação concreta e mais próxima da realidade do povo do Brasil, simbolizando as diferenças

e semelhanças que formaram a nação brasileira, principalmente com seu significado de força, luta e identidade coletiva. Mais que construções cívicas e patrióticas como fomos ensinados a naturalizar e aceitar como símbolos, as figuras do Caboclo e da Cabocla, remete aos sujeitos comuns, que lutaram pela liberdade e foram essenciais para a formação do Brasil que conhecemos hoje

A permanência das representações do Caboclo e da Cabocla até os dias atuais nas comemorações do 2 de Julho demonstra sua importância, como uma menção a população nativa, à frente da disputa e no conflito gerado entre brasileiros e portugueses, e ainda no presente, assumindo e ressignificando a identidade local e sua contribuição para a vitória contra os “invasores” portugueses. “A Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é o seu principal mito de origem” João José Reis, 1989.



### Fique ligado!

As figuras do Caboclo e da Cabocla foram inseridas nos festejos do 2 de julho em momentos diferentes, primeiro foi o Caboclo, logo nos primeiros anos do desfile e cerca de 20 anos depois, foi incorporado a imagem da Cabocla.



## Começa a Guerra na Bahia...

A independência do Brasil não se restringiu apenas aos acontecimentos relacionados ao processo de Independência no Rio de Janeiro como ficou registrado na história oficial do país. A independência foi um importante movimento que ocorreu em diversas províncias brasileiras, algumas com intenso histórico de conflito e rebeldia, como ocorreu na Bahia. O desejo pela liberdade do Brasil era de interesse de muitos, desde a população mais pobre, até os senhores de terra, os principais preocupados com o fim da dependência colonial imposta ao Brasil.

A Bahia, no período da guerra, era uma província muito importante, principalmente em relação à sua contribuição na economia da colônia, como maior produtor de cana-de-açúcar da época, o principal produto de exportação. Salvador foi capital da Colônia portuguesa por mais de dois séculos, sendo substituída pelo Rio de Janeiro em 1763. Apesar da mudança da capital, a Bahia ainda era uma província rica e de muito prestígio político, o que a tornava uma região de destaque em toda Colônia.

Não foi por acaso que a Bahia se tornou uma das principais regiões de luta e resistência durante o movimento de separação com Portugal. A região tinha muita importância e influência no Brasil

e, por isso, era uma das áreas de maior interesse dos portugueses. Essa realidade acabou influenciando o aumento do controle e do poder português na província, mesmo após a declaração de Independência de 1822. Além da Bahia, outras províncias do Brasil também se organizaram contra o controle português, como Pernambuco, Piauí, Pará e Maranhão. Durante a guerra na Bahia, essas provinciais enviaram soldados para se juntarem ao exército brasileiro, fortalecendo, ainda mais, o desejo e a luta pela separação de Portugal.

A província da Bahia e as Vilas do Recôncavo foram essenciais para a manutenção e para a própria sobrevivência dos privilégios da Corte portuguesa, especialmente aqueles financiados pela movimentada e próspera economia agrícola, responsável pela riqueza na Colônia.

A Guerra de Independência na Bahia começava a se organizar dando os primeiros passos ainda antes do 7 de setembro de 1822. Lá, em 1820, logo após a chamada Revolução Constitucionalista das Cortes portuguesas, quando se reuniram para estabelecer uma ruptura na história de Portugal e criando uma assembleia constituinte, fato que levou o país a um perfil político mais li-



beral. Essa mudança, na prática, significava que a partir daquele momento, Portugal deveria elaborar e submeter o rei ao cumprimento de leis.

Enquanto D. Pedro continuava no Rio de Janeiro, apoiado principalmente pelas elites e pela maçonaria, na Bahia, o conflito se agravava, dando início aos primeiros combates armados entre “brasileiros” e portugueses.

Um acontecimento importante desse processo foi a substituição do Governador das Armas, o baiano Manoel Pedro de Freitas

Guimarães, pelo Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo, que fora nomeado pelas Cortes de Lisboa. As tropas locais e alguns civis se recusaram a aceitar a autoridade de Madeira de Melo, e a substituição acabou intensificando ainda mais a rivalidade entre “brasileiros” e “portugueses”, provocando revolta da população e da Câmara de Salvador. Foi nesse momento que aconteceu o conflito no forte de São Pedro, em finais de fevereiro, quando houve um enfrentamento entre soldados portugueses e baianos. Após três dias de combate, os baianos foram derrotados pelos lusitanos.



### Outras histórias

Pedro de Alcântara, passou a ser D. Pedro I, o primeiro ocupante do trono do Brasil, no dia 12 de outubro de 1822, quando foi aclamado príncipe regente.

Após o conflito do Forte de São Pedro, os brasileiros que conseguiram escapar da perseguição de soldados portugueses foram para o Convento da Lapa, acredita-se que a Madre Superiora Joana Angélica morreu ao tentar impedir a entrada dos soldados portugueses no espaço religioso, um lugar que era proibido a entrada de homens e que deveria ser seguro pelo valor religioso que tinha.

Com isso, a morte da religiosa foi interpretada como um ato corajoso tornando-a uma das heroínas da Guerra na Bahia.





**Figura 4**

Religiosa de Itu, Convento da Lapa, Salvador, BA" (op. cit., pp 31) – scan by SECCHIN, Antonio Carlos. et al., Antônio de Castro Alves – Nosso Rebelde Apaixonado Faz 150 anos., Gráfica Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

Após o evento no Convento da Lapa, começou na cidade de Salvador uma variedade de combates e incidentes nas ruas. Salvador era então um território português e se tornava uma cidade de guerra insegura para se viver e foi nesse contexto que se deu a saída de uma parcela da população da capital da província para as vilas do Recôncavo, tentando fugir da guerra e do controle das tropas portuguesas na Capital.

### Trocando ideias!



A irmã Joana Angélica de Jesus ocupava a direção do Convento, em fevereiro de 1822, quando eclodiu na cidade imensa agitação contra as tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, ela morreu no dia 20 de fevereiro de 1822, no convento da Lapa, em meio ao conflito que se instalava na capital da província.





### Passando a limpo:

Depois de todas as histórias e curiosidades trabalhadas nesse capítulo, faça um resumo do que foi estudado agora é sua vez!

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---







# 2

## Capítulo

### O RECÔNCAVO BAIANO NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA







## O RECÔNCAVO BAIANO NAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

“Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos”.  
(Stuart Schwartz)

A região do Recôncavo foi o espaço mais produtivo da Bahia no período Colonial, principalmente pela sua importância na sustentação econômica de toda a Colônia portuguesa. O açúcar era a principal cultura responsável pela produção de riqueza e lucro.



Chama-se Recôncavo a região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo e que exatamente o local tem, hoje, uma de suas perspectivas mais promissoras do seu futuro”. (BRANDÃO, 1998, P. 103).

O crescimento da cultura de cana-de-açúcar e, em seguida, a do fumo, provocou intensas mudanças na sociedade da época, sendo a mais significativa de todas, a introdução da escravidão como instituição social reconhecida legalmente. Esse aspecto foi muito

significativo para o crescimento da produção de açúcar na Colônia portuguesa, tornando o Brasil em pouco tempo o seu principal produtor mundial. Assim, a região do Recôncavo era um dos espaços mais ricos e lucrativos para a Coroa portuguesa, ocupando um lugar de destaque em todo o período colonial.



A produção do açúcar, rapidamente se transformou em símbolo de status para os donos de engenhos localizados no Recôncavo baiano, e a região logo se tornaria o espaço de ocupação de terra mais rentável para os portugueses fora de Portugal, graças à boa adaptação da cana-de-açúcar no fértil solo de massapé» (JESUS, 2008, P.21)

Além do açúcar e do fumo, o Recôncavo foi também um grande produtor de farinha de mandioca, destacando-se na produção, principalmente as vilas de Nazaré, Maragogipe e Jaguaripe. A lavoura de mandioca era cultivada pelos pequenos lavradores



que produziam para o consumo interno, principalmente para a utilização dos escravizados, que tinha como base alimentar a farinha com a carne seca, mas também para o comércio local e o abastecimento dos navios que aportavam em Salvador.

A região foi escolhida como abrigo para famílias que fugiam do poder português nas ruas da cidade de Salvador no período de intensificação da guerra e do controle do exército. Muitas famílias ricas já tinham residências em Vilas do Recôncavo, justamente por terem engenhos e outros negócios na região; outras pessoas e soldados brasileiros fugiam e queriam um lugar que fosse mais seguro.

Segundo Luís Henrique Dias Tavares, o período de fevereiro a maio de 1822 foram os meses utilizados de preparação e coordenação do conflito contra o poder português. As Vilas do Recôncavo se abasteciam de materiais e mantimentos para o período da guerra.

As principais Vilas e localidades que foram ocupadas pelas famílias que fugiam de Salvador foram: Cachoeira/São Félix, São Francisco do Conde, Maragogipe, Santo Amaro/Saubara e Nazaré. Esses locais eram muito importantes para a economia da

província e, por isso, eram essenciais e estratégicos para sustentar a guerra. Esse fato acabou favorecendo a criação de um grupo ou rede dos moradores das vilas, que cercaram Salvador no período mais intenso do conflito e influenciou o desfecho da guerra com a vitória dos baianos, especialmente pela falta de mantimentos para alimentar o exército português.

Em um contexto de grande tensão em toda a Bahia, se iniciou uma tentativa de D. Pedro em busca de apoio na província baiana para se fortalecer no conflito com as Cortes. Neste período, a cidade do Salvador já era território dominado pelo exército português, assim, não era um espaço seguro para a consulta da população e organização do conflito, deixando, para as Vilas do Recôncavo o apoio inicial para marcar formalmente o início da guerra contra Portugal.

As chamadas reuniões conspiratórias no Recôncavo tiveram destaque em três Vilas principais: Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde. Esses ajustes foram decisivos para a consolidação do processo instaurado na província da Bahia.



## Santo Amaro / Saubara



**Figura 5**

Imagem da Casa de Câmara e Cadeia de Santo Amaro – Bahia.

Em junho de 1822, começa nas Vilas do Recôncavo uma série de movimentações favoráveis a Dom Pedro I, iniciando assim a aclamação pelas câmaras municipais, um posicionamento de apoio ao príncipe regente no Rio de Janeiro o que significava contrariar

e romper com Portugal e com as ordens vinda das Cortes portuguesas era, portanto, um momento de grande tensão, medo e conflitos.



“Esta revolução teve origem na vila de S. Amaro, onde foi delineada por varões prestantes, convocados pelo corregedor Antonio José Duarte de Araújo Gondim em cuja casa se reuniram, outras pessoas graduadas breve lhe coadjuvaram a iniciativa na vizinha Vila de S. Francisco sob a direção do Juiz de Fora Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, Visconde de Mon-teserrate. A todos animou então com sua eloqüente palavra Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marques de Abrantes, o qual acabava de chegar de Lisboa e fora portador de uma carta que Domingos Borges de Barros e outros deputados pela Bahia às Cortes de Portugal endereçaram em comum às municipalidades da Província consultando-as acerca da conveniência e do modo de delegação do poder executivo no Brasil, assunto dependente de deliberação daquele congresso.” (Apud. Revista do Inst. Hist. da Bahia, n. 46, pág. 278)

O texto acima é um fragmento da pesquisa do Barão de Loreto – “A Guerra da Independência na Bahia” e relata a iniciativa da Vila de Santo Amaro em organizar a primeira ação e consulta para aclamar D. Pedro, como príncipe Regente do Brasil, esse primeiro ato acabou influenciando as outras Vilas da região para apoiar o início da guerra na Bahia.

As autoridades da Vila de Santo Amaro marcaram posição política ao se adiantar na aclamação, no que foram acompanhadas pela população local, registrando assim seu nome na história da Independência na Bahia. A população da Vila, situada no Recôncavo baiano, cumpriu papel relevante nas lutas pela emancipação na Bahia, contribuindo com batalhões e comandos equipados, comandado por Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida, essas

intervenções foram muito importantes para a consolidação do movimento de Independência do Brasil na Bahia.

Santo Amaro foi a primeira Vila a consultar sua população para a aclamação de D. Pedro como príncipe regente. No dia 14 de junho de 1822, vereadores, senhores de engenhos e graduados se reuniram em sessão da câmara para discutir a situação da província e do Brasil e a relação tensa com Portugal. Nesse evento, foi decidido o apoio à centralização do poder executivo no Brasil a ser exercido pelo príncipe D. Pedro.

Além da iniciativa de aclamação do príncipe, Santo Amaro e Saubara (que no período eram um único território), foram muito importantes na formação e composição dos pelotões de combates nos conflitos contra os portugueses. Muitos homens foram en-

viados para lutar na guerra, fortalecendo o exército brasileiro. No período da guerra, Saubara era distrito da Vila de Santo Amaro e se envolveu no conflito de forma precisa e decisiva. No distrito, a resistência foi liderada pelo Padre Manoel José Gonçalves Pereira, vigário local, embora seu nome ainda seja pouco reconhecido pela história. Na região, ele representa uma figura de coragem e liderança, uma representação da importância do povo local. Pereira é uma personalidade muito importante para Saubara e sua população, até hoje. Zilda Paim registra sobre o Padre:



(...) E, lá em Saubara, estava o bravo padre Manoel, que com destemido heroísmo arregimentava suas tropas e defendia com denodo aquele ponto estratégico, que, sendo dominado ou conquistado, seria fatal para a revolução. (PAIM, 2005, p. 92/93).

Santo Amaro da Purificação e o distrito de Saubara contribuíram decisivamente na guerra contra os portugueses na Bahia. Seja na ajuda com envio de soldados para o conflito, ou pela resistência de sua população frente ao controle e investida dos portugueses, com personagens que foram essenciais na construção da vitória baiana, para a libertação nacional como o Padre Manoel e as “Caretas do Mingau” que conheceremos mais adiante.



### Trocando ideias!

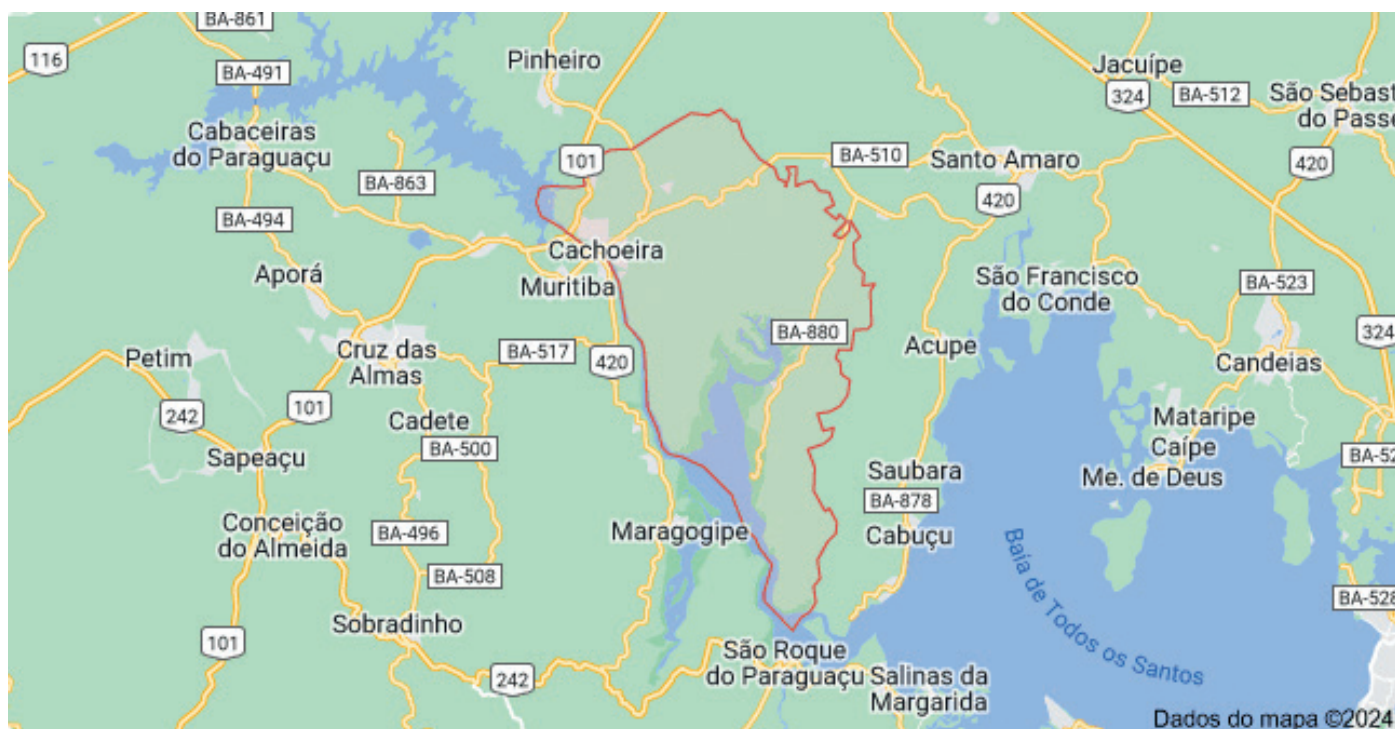
Saubara, era distrito de Santo Amaro e chamava São Domingos de Saubara, Seu desmembramento ocorreu no ano de **1989**, quando foi emancipada e abrigou outros distritos da sua região.



## Cachoeira e São Félix

A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira durante muito tempo foi a principal Vila do Recôncavo baiano e uma das mais ricas. Durante a guerra de Independência na Bahia, a Vila se destacou, contribuindo efetivamente para a consolidação da vitória brasileira no conflito. Sua posição e importância na Província da Bahia influenciaram todo seu território tornando-se

propício para o desenvolvimento e organização da resistência em suas terras, marcando definitivamente toda a história de sua população. Foi em Cachoeira que o povo assumiu sua oposição a Portugal. A proporção que o conflito tomou na Vila, colocou Cachoeira no Centro das notícias, alertando e chamando a atenção da metrópole portuguesa no período.



**Figura 6**

Mapa de Cachoeira-Bahia.  
Fonte: IBGE.  
Acesso em Abril/2017





“A vila de Cachoeira era em 1822 um movimentado centro comercial, o que a diferenciava das vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde, mais dedicadas à lavoura de cana-de-açúcar e à produção de açúcar nos seus engenhos.” (TAVARES, 2005, p.99).

Nos primeiros meses de 1822, a Vila de Cachoeira teve sua rotina transformada com a chegada de pessoas vindas da Capital e de militares que foram derrotados em fevereiro pelos portugueses na cidade de Salvador no confronto do Forte de São Pedro. Apesar disso, muitos moradores apoiaram e se envolveram na organização da resistência aos portugueses, ocupando as ruas da Vila para manifestar seu apoio na tentativa de expulsar os mesmos.

Na manhã de 25 de junho de 1822, a Vila de Cachoeira seguiu o movimento de aclamação do príncipe D. Pedro como “Defensor Perpétuo do Brasil”, ritual iniciado em Santo Amaro no dia 14.

A consulta à população Cachoeirana foi realizada no prédio da Casa de Câmara e Cadeia da Vila. A população e as tropas se encontravam na praça aguardando o fim da sessão. Após os acontecimentos na Câmara, foi realizada uma missa de ação de graça em comemoração à aclamação do Príncipe. A missa chamada de Te Deum (missa de ação de graças) aconteceu na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Em meio à agitação daquele momento, a população foi surpreendida com o ataque de um barco militar português, chamado de canhoneira, que estava estacionada no porto da Vila, no Rio Paraguaçu.

A Vila, e conseqüentemente sua população, foi atacada por três dias. No dia 28 de junho, o barco, foi cercado por canoas locais e expulso. Esse evento marca o primeiro conflito da guerra e deu início a um conjunto de outros movimentos e conflitos que resultaram na Independência da Bahia no dia 2 de Julho de 1823. “Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia” (TAVARES, 2005, p.101).



Em 13 de março de 1837, por meio de decreto provincial, Cachoeira foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Heroica Cidade de Cachoeira – Lei Nº 43, assinada pelo então presidente da Província da Bahia, Francisco de Souza Paraíso.

## Outras histórias



## TRABALHANDO COM IMAGENS...

☞ Observem o quadro pintado por Antonio Parreiras, e perceba que o espaço central é bastante próximo a realidade atual, especialmente a Casa de Câmara e Cadeia;

☞ A tela foi pintada mais de cem anos após o início das lutas, a partir de registros históricos e relatos orais da população local;

O quadro representa o registro da memória oficial do primeiro momento da guerra na Bahia;



**Figura 7**

“O Primeiro passo para a Independência da Bahia” Antônio Parreiras (1931).

A imagem que mostra um soldado provavelmente ferido no chão, conhecido como Tambor Soledade, tem como cenário a atual Praça da Aclamação em Cachoeira. O quadro, pintado décadas

depois da Guerra de Independência, representa o dia 25 de junho de 1822, quando aconteceu a consulta para aprovação do Príncipe D. Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil, momento em que a



população comemorava a aclamação na rua em frente ao prédio da Casa de Câmara e Cadeia da Vila.

Não se sabe ao certo quantas pessoas foram feridas ou mortas na batalha do dia 25 de junho, há relatos do ferimento ocorrido com Manoel Soledade, também conhecido como Tambor Soledade, nome dado pela função que exercera. Soledade acabou ficando na história da Independência como a primeira vítima da guerra pela emancipação do Brasil na Bahia, um homem pobre e negro do Recôncavo.



Observem no quadro, a cena do Tambor Soledade no chão ferido ao lado de outro soldado que lhe socorria na Praça da Aclamação em Cachoeira.

A imagem registrada compõe a pintura do quadro de Antônio Parreiras, de 1931, ou seja, a pintura foi feita mais de 100 após o fato ocorrido: “O Primeiro passo para a Independência da Bahia”. O quadro está no Palácio Rio Branco e uma versão, em tamanho menor, na Câmara Municipal de Cachoeira.

### Figura 8

O ferimento do jovem negro soldado-mor Manoel Soledade na Praça da Vila de Cachoeira no dia 25 de junho é considerada como a primeira vítima das lutas pela independência na Bahia. Soledade sobreviveu e teve uma vida muito ativa em Cachoeira nos anos seguintes à guerra. (MOREIRA, 2023) A cena ainda registra a participação de negros na guerra na Bahia. Muitos desses homens ficaram no esquecimento na história, pela posição racial a qual pertenciam. De fato, é importante registrar que o Tambor Soledade tornou-se um símbolo de resistência e representação da população negra na guerra e é lembrado até hoje na cidade e na história das lutas na Bahia.



Após o ataque português, foi formado um novo poder na Vila chamado de Junta Interina, Conciliatória e de Defesa, indicando a tentativa de proteger a possíveis agressões e ataques a Vila da Cachoeira. A Junta Interina passou a funcionar no prédio do Hospital São João de Deus, e as primeiras ações do governo foram divulgar a aclamação do Príncipe nas outras Vilas, e o conflito que se iniciava. Assim, instalava-se outro núcleo de domínio na província, a fim de fazer oposição à Capital baiana, que estava dominada pelo general Madeira de Melo.

Em 6 de setembro de 1822, formou-se oficialmente o Conselho Interino de Governo, que articulou as ações contra as tropas de Madeira de Melo e que, além disso, manteve contato permanente com a Corte no Rio de Janeiro. Esse comando reuniu

representantes das diversas Vilas do Recôncavo que haviam reconhecido D. Pedro como Regente do Brasil desde os fins de junho de 1822.

A partir de então, a Vila de Cachoeira assumia a condição de capital da província rebelde, e sede do governo, situação que perdurou durante toda a guerra de Independência.

O poder central da província agora fixada no Recôncavo era formado pela elite rural da região, representantes das Vilas e algumas figuras graduadas vindas da capital. Apesar do setor central concentrar-se nas mãos da elite baiana, é importante dizer que população pobre, escravizada e liberta, esteve envolvida no conflito e foi essencial para a guerra e para a vitória dos brasileiros contra os portugueses no dia 2 de julho de 1823.



## O passado presente

A transferência da Capital está prevista na Lei 10.695/07, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Jaques Wagner em 2008. O decreto determina que todos os anos, em 25 de junho, a sede do governo seja instalada no município de Cachoeira. O governador e seu secretariado participam das comemorações pela independência na Bahia, e realiza atos e despachos todos

## O protagonismo popular e o Recrutamento de soldados na Guerra.

A guerra instaurada na Bahia, teve como marco histórico a participação da população mais pobre do Recôncavo e de diversas regiões da Bahia e do Brasil. As camadas populares da Bahia já possuíam tradição de luta e rebeldia, que reacendeu e se ampliou no período de movimentação da guerra de Independência do Brasil na Bahia.

Durante o período da guerra na Bahia, houve um aprofundamento das contestações de cunho sociais por parte da população, especialmente vindas dos escravizados e libertos, que observavam o conflito como uma oportunidade de buscar sua liberdade e mais visibilidade na Bahia colonial. Essas reivindicações geraram um

clima de tensão e medo por parte dos senhores, que viam ameaçados seu poder e controle econômico.

Essa situação era geral na província. Muitos escravizados fugiam das fazendas, com o pensamento de que, participando da guerra, alcançariam a tão sonhada liberdade. Muitos boatos de alforria em troca do alistamento como soldado influenciaram inúmeras fugas no Recôncavo, levando a um estado de medo e desespero da elite local, especialmente pelos boatos de organização política dos negros. Era um momento de grande tensão, mas também de bastante expectativa de mudança, especialmente para aqueles que viviam sob o regime escravista.



.... Os sinais desse projeto dos negros são claros. Os escravos negros nascidos no Brasil (crioulos) ousavam pedir, organizadamente, a liberdade! Eles contavam inclusive com a simpatia das pessoas livres, talvez até brancos, que encaminhavam suas petições às cortes em Lisboa. [...] (REIS, 1989, p. 92)

No Recôncavo, o apoio à causa da luta foi muito grande, especialmente a participação da população negra e escravizada da região. Esse envolvimento no conflito foi influenciado principalmente

pelo desejo de mudança social, da condição da própria vida que os tornavam invisíveis na sociedade. Essa realidade de contestação causou muito medo nos senhores rurais, que temiam uma guerra



maior agora com perfil social e racial. Apesar de todos os temores, o recrutamento de escravizados foi realizado para a guerra,, de maneira extraoficial, mas decisivo. Isso se deve à necessidade de soldados para o enfrentamento contra os portugueses, que estavam bem armados para o confronto. A participação dos negros na guerra foi muito importante para fortalecer o exército brasileiro.

A necessidade de pessoas para servir levou as elites agrárias a desistir da exclusão de homens não brancos para formar o exército durante a guerra de Independência, aceitando os escravizados em funções militares auxiliares. Essa decisão gerou inclusive promessa de alforrias dos escravizados, logo após o fim da guerra, embora não tem ocorrido assim.

Tal situação provocou grande confusão na região, principalmente por parte dos senhores que dependiam do trabalho escravo para garantir a manutenção de seus negócios. Além disso, existia a ameaça que sentia pela aproximação com os escravizados e pela dependência que tinham deles dentro do exército.

Assim, as camadas populares, sobretudo a escravizada, tinham ambições e interesses opostos e, de certa forma, conflituosos com os dos senhores rurais. Para os escravizados, a guerra era uma possibilidade de realização de seu maior desejo: sair do lugar de cativo em que viviam. Por outro lado, a elite rural queria a continuação da relação escravista e a ampliação do seu poder na sociedade Colonial

De qualquer maneira, o recrutamento de escravizados e a participação popular na guerra foram significativos para a organização do conflito na Bahia, e sem eles, a guerra seria improvável. Essa prática de recrutamento pode ser caracterizada como uma atividade voluntária, embora em alguns casos, houvessem promessas de libertação para os escravizados e alguma medida, de ascensão e vantagens aos conhecidos brancos da terra. Contudo, sabe-se que maioria das pessoas que se envolveram na guerra, mesmo aqueles que não e alistaram, tinham como sentimento comum o ódio pelos portugueses e o desejo de livrar-se definitivamente de sua dependência.



### Trocando ideias!

Formara-se batalhões de voluntários por oficiais de milícias ou proprietários de terras, engenhos, e escravos, e composto por brancos, pobres, lavradores, escravos e libertos.



Além de homens das Vilas do Recôncavo, o recrutamento de soldados foi realizado em outras províncias do Reino Unido de Portugal e Algarves (1815). Muitos voluntários, vindos de Pernambuco, Alagoas e, depois, Rio de Janeiro, engrossaram o exército na guerra na Bahia, fazendo desse evento uma conquista de interesse e participação “nacional”.

É inegável, portanto, a participação e importância das camadas populares e escravizadas na guerra na Bahia. Certamente, foi de-

cisivo para expulsão dos portugueses, pois sem a atuação dessas pessoas, as elites rurais não teriam condições nem homens o suficiente para lutar na guerra contra o exército de Portugal. Embora a Independência na Bahia tenha sido liderada e organizada por homens ricos e brancos, é importante frisar, que foi à população pobre, livre, liberta e escravizada que pegaram em armas e lutaram, fazendo acontecer a liberdade “nacional”.

## As mulheres em Guerra na Bahia

### As Heroínas da Independência na Bahia

As mulheres tiveram ação destacada nas lutas pela Independência na Bahia em muitos momentos. Na história, a participação da mulher raramente é reconhecida. Quando acontece, normalmente elas aparecem como parceiras ou ajudantes dos homens, assumindo papéis inferiores

No processo de luta pela Independência do Brasil na província da Bahia, esse cenário muda em alguma medida. A mulher é sujeito indispensável da história e da vitória nacional durante a guerra da

Bahia. No conflito, as mulheres ultrapassaram os limites impostos pela sociedade colonial e entraram na cena com papéis centrais e decisivos na luta contra os portugueses na Bahia.

Algumas mulheres tiveram um destaque maior na guerra de Independência, participando ativamente do conflito, pegando em armas e fortalecendo a resistência brasileira. Entre elas, podemos destacar:



- Maria Quitéria, mulher soldado que participou das lutas contra os portugueses no Batalhão dos Periquitos;
- Maria Felipa, negra, marisqueira e moradora da Ilha Itaparica, que teve seu nome marcado no conflito na ilha;
- e, por fim, as Caretas do Mingau, mulheres de Saubara que se mascaravam durante a guerra para amedrontar os soldados portugueses em sua região.



Mulheres talentosas, mulheres cultas, mulheres heróicas, teve-as sempre a Bahia, em seu fidalgo e feliz destino. (ABREU, 1950 p.236)


## Maria Quitéria de Jesus

Maria Quitéria de Jesus, também conhecida como “Soldado Me-deiros”, nasceu em 1792, no Sítio do Licurizeiro, que ficava próximo do arraial de São José das Itaporocas, na época pertencente ao termo da Vila de Cachoeira (atualmente, é um distrito de Feira de Santana). Quitéria marcou a guerra de Independência com sua coragem e inteligência, lutando em um Exército, espaço destinado apenas a homens.

Maria Quitéria foi uma mulher de extrema ousadia em uma época de machismo e patriarcalismo, em que a mulher jamais poderia pensar em servir às forças militares e muitos menos, de incorporar-se aos combatentes em uma guerra. No período do conflito no Recôncavo, com as movimentações nas Vilas, o aumento de recrutamento de homens para entrar na guerra, Maria Quitéria observou a oportunidade e resolveu se disfarçar de homem para se alistar.







Na Casarão nº 3, na praça do Relógio, na cidade de São Félix, onde foi a moradia do avô do poeta Castro Alves, conhecido como O Periquitão, comandante do Batalhão dos Periquitos, lá foi sede do batalhão, onde serviu Maria Quitéria e eram fabricados armamentos

**Figura 9**  
Maria Quitéria  
(Domenico Failutti, 1920)



**Figura 10**  
Casarão nº 3, na praça do Relógio, na cidade de São Félix.  
Acervo pessoal





Localizado na Praça Inácio Tosta, a conhecida Praça do Relógio, o Casarão do século XIX, hoje tomado pelo IPHAN, é um espaço da memória da guerra, na casa morou José Antônio da Silva

Castro, o Periquitão, fundador do Batalhão dos Periquitos que contribuiu bastante durante o período da guerra, tornando-se um dos batalhões mais importante daquele momento.



### Fique ligado!

**Machismo:** é o comportamento expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino.

**Patriarcalismo** ( A palavra remete a figura do pai): é um sistema em que os homens mantêm o poder maior, autoritário sobre as mulheres na sociedade.

Chegou à Vila de Cachoeira com os cabelos bem curtos, seios cobertos por uma faixa e roupas masculinas. Na época, ela tinha 30 anos. Alistou-se no Batalhão de Infantaria que, mais tarde, devido ao uniforme verde que seus membros chamavam atenção, passou a chamar-se Batalhão dos Periquitos. O batalhão era liderado pelo Major José Antônio da Silva Castro, avô do poeta Castro Alves. Quitéria combateu com heroísmo nas batalhas da Barra do Paraguaçu, Pituba, Itapuã e outras. Recebeu de D. Pedro I a con-

decoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Foi à primeira mulher a fazer parte de uma unidade militar no Brasil. Por Decreto da Presidência da República, de 28 de junho de 1996, Maria Quitéria foi reconhecida como Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Hoje, sua imagem pode ser observada nos quartéis e espaços militares em todo o Brasil, reverenciando sua importância e marca na história do país.

## Maria Felipa

Maria Felipa é parte da simbologia da guerra e do imaginário como referência feminina na Independência da Bahia. Mulher negra, marisqueira, Maria Felipa de Oliveira é uma personagem pouco conhecida pela documentação histórica. Liderou um grupo de mulheres na Ilha de Itaparica, que ajudava a encurralar portugueses na região, fortalecendo a resistência baiana na guerra. Maria Felipa é parte da história e memória local, até hoje é exaltada pela população de Itaparica, em reconhecimento de seu valor e resistência na guerra de Independência. Sua atuação é lembrada em momentos decisivos, seja na organização de mantimentos para o envio ao Recôncavo ou liderando sua comunidade, colocando para “correr” os portugueses que tentavam entrar na ilha. Maria Felipa marcou a participação feminina e negra na Guerra de Independência na Bahia.



**Figura 11**

Retrato falado de Maria Felipa feito em 2005 com base em relatos históricos pela perita técnica Filomena Orge.



A resistência à Maria Felipa, em parte, se deu porque ela foi heroína de guerra, numa época em que somente homens eram convocados. A rejeição nas comemorações, por ser negra, faz de Maria Felipa na contemporaneidade, um dos símbolos étnicos da liberdade. (FARIAS, 2010, p. 33).



Reconhecida como heroína, Maria Felipa representa a população de Itaparica que se envolveu e ajudou para a confirmação da vitória baiana. Mais que isto, Maria Felipa simboliza a força e resistência da mulher negra, levando em consideração o período difícil de grande exclusão social dos negros e mulheres, ela ainda assim, se destacou. Hoje, a figura de Maria Felipa nos remete à importância da participação popular na guerra, a participação da população mais pobre nas lutas para a conquista da Independência do Brasil na Bahia.

Assim como parte da população negra na época, escravizada ou não, a guerra de Independência ocorrida em terras baianas, teve um caráter reivindicatório e político, para estes grupos socialmente minoritários, era mais que uma luta pela independência nacional, significava uma oportunidade de mudança, de transformação de vida e luta pelos direitos a cidadania. Maria Felipa estava envolvida nos acontecimentos da guerra, certamente pelo desejo de colaborar na luta pela liberdade. Sua coragem e protagonismo criaram um forte sentimento de orgulho

e auto-estima da população negra, especialmente das mulheres negras e dos itaparicanos, colocando-a como um dos principais símbolos de resistência e força da mulher negra nos festejos da Independência na Bahia.



**Foto 1** – Acervo pessoal, desfile cívico, 2 de julho de 2016.

Muitos personagens foram sendo esquecidos pelos festejos de Independência no 2 de julho, alguns foram enfraquecidos com o tempo, como por exemplo aconteceu com o general francês Labatut, que com o passar dos anos foi perdendo espaço nas comemo-



rações cívicas. Por outro lado, outras figuras foram ganhando mais sentido e representatividade, especialmente aquelas ligadas à identidade baiana, como é o caso da Maria Felipa. Até hoje, sua imagem é exaltada com grande força nos desfiles cívicos na Bahia.

A “Heroína da Independência”, assim ela é conhecida, Maria Felipa tem sua história preservada na memória popular. Ela é símbolo de resistência e da força feminina na guerra, sua figura é referência da luta e do valor da mulher negra guerra, lembrada até os dias atuais.

## As “Caretas do Mingau” de Saubara

Vestidas com roupas esquisitas, esfarrapadas, com panelas contendo alimento nas cabeças formavam um grupo de samba à noite e percorriam as ruas de Saubara, dizendo: Olha o mingau! Olha o mingau! Olha o mingau!

Outro bom exemplo da participação feminina na Guerra na Bahia é representado pelas Caretas do Mingau, mulheres residentes em Saubara, que ajudaram seus familiares e companheiros nas lutas contra o exército português, fazendo um papel de grande importância na guerra.

As mulheres, posteriormente chamadas de Caretas do Mingau, criaram uma significativa iniciativa de resistência e organização no espaço da guerra de Independência na Bahia. Usaram estratégias diferenciadas de embates contra os portugueses, pois segundo o imaginário popular, as mulheres saíam nas ruas durante a madrugada cobertas com pano branco para distribuir mingau aos

soldados que estavam envolvidos na guerra e se encontravam nas trincheiras em Saubara.

Considerando sua localização, Saubara ficava em um ponto estratégico, próxima a duas importantes Vilas do Recôncavo: Santo Amaro e Cachoeira. Por conta de sua posição geográfica, foi alvo das disputas entre portugueses e brasileiros durante a guerra de Independência.

De acordo com a tradição oral, as mulheres “mascaradas” ajudavam os soldados baianos não apenas com o mingau, mas também com outros alimentos, medicamentos e informações. As vestimentas brancas e as máscaras tinham como função criar medo e confusão entre os portugueses, que ficavam assustados, além do próprio interesse de sigilo de seus nomes, evitavam assim, serem reconhecidas e por consequência, de sofrer qualquer tipo de punição pelos soldados portugueses.

Vejam o que fala Judite Barros sobre as mulheres mascaradas:



“Desta forma despistavam os inimigos portugueses e iam até a gruta levar comida para os maridos”, os quais se escondiam para combater o inimigo português por terra. (BARROS, 2006, p. 148)



**Foto 2** – Caretas do Mingau de Saubara – João Pereira.  
Arquivo pessoal de Vanessa Pereira.

A história das Caretas do Mingau de Saubara foi preservada através da oralidade da população local. A memória e a tradição oral foram as principais formas de manutenção e continuação do legado deixado pelas mulheres mascaradas, elas são, ainda hoje, reconhecidas como parte da história da cidade. Sua importância e força são referência para a população, que todos os anos exaltam e festejam o papel desempenhado pelas caretas na guerra.

Atualmente as mulheres de Saubara recriam essa manifestação, se organizam para se vestir de Caretas do Mingau, saindo todos os anos na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho. São mulheres de várias idades, predominantemente negras, vestidas peculiarmente com panos brancos escondendo todo o corpo e usando chapéus

com trançados de palha, além de segurar painéis e chocalhos, acompanhadas de um grupo de tocadores, fazendo bastante barulho e cantando, divertindo aos que esperam acordados a passagem das Caretas na madrugada do dia 2 de julho. (ALMEIDA, 2017)

As Caretas podem ser entendidas como uma celebração que confere sentido e identidade às lutas da população local pela Independência do Brasil na Bahia, valorizando a participação popular e feminina nas lutas. É isto, as Caretas do Mingau, são uma das mais importantes e antigas manifestações da região. Com mais de 100 anos de existência dessa manifestação cultural, elas reivindicam principalmente o reconhecimento da importância da participação feminina nas lutas pela independência na Bahia.



### Fique ligado!

**Saubara** é um nome de origem tupi (língua indígena) e significa "comedor de formigas".







3

Capítulo

**HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: LUGARES DE MEMÓRIA  
DA INDEPENDÊNCIA EM CACHOEIRA-BA**







## HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: LUGARES DE MEMÓRIA DA INDEPENDÊNCIA EM CACHOEIRA-BA

A cidade de Cachoeira é um dos espaços históricos melhor conservado da Bahia e do Brasil. Seu acervo patrimonial representa um diferencial na sua paisagem arquitetônica, aspectos que ajudam a levar seu nome para todo o país. Assim, consideramos a cidade um território privilegiado de formação para a educação histórica e patrimonial para diferentes públicos.

Cachoeira, desde o período colonial, está presente na história do Brasil, quando os portugueses iniciaram o processo de exploração de terra americanas. O Recôncavo foi uma das primeiras áreas a instalar os engenhos de açúcar, que era a principal fonte econômica, mantida com mão de obra escrava. Sua localização privilegiada, com terras relativamente baixas junto à costa, entre duas regiões importantes, o Recôncavo e o Sertão, e banhada pelo Rio Paraguaçu, rio navegável, em seu baixo curso, favoreceram o desenvolvimento da população em função da rica economia açucareira e fumageira.

Junto ao seu crescimento econômico, o prestígio e importância na política da província da Bahia, e a expansão dos engenhos, le-

ram a transformação e desenvolvimento da Vila, aumentando expressivamente sua população e, por consequência, modificando em toda a sua paisagem, principalmente com a construção de casarões e igrejas de grande evidência para a época.

Não por acaso, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi destaque no período das Lutas pela Independência na Bahia. Devido à sua importância econômica e política, Cachoeira foi palco de decisivos acontecimentos da guerra em 1822-1823, quando assumiu o lugar de centro político da província que se rebelara contra Madeira de Melo, instalado na capital baiana. Foi, por conta desses eventos, reconhecida como Cidade Heróica pela Lei Provincial nº 43, de 13 de março de 1837, em homenagem à sua contribuição na história do Brasil, especialmente pela iniciativa e resistência de sua população na guerra pela separação política entre Portugal e Brasil.

A história de Cachoeira, sua importância política no período colonial, bem como sua estrutura social e o ciclo de riqueza econômica experimentado pela região até o final do século XIX, deixaram



marcas na estrutura física e, principalmente, na cultura da cidade, colocando-a, mesmo após o declínio e decadência econômica no século XX, em um lugar de destaque, devido a sua importância histórica e de conservação

A riqueza e a quantidade de monumentos na cidade, aliado à sua história e ao seu papel em marcantes episódios, demonstram sua expressiva importância e valor, com seus prédios históricos, casarões e igrejas que contribuíram para configurar a História da cidade e de sua população, assim como em todo cenário nacional,

mantidos até os dias atuais. Conhecer a cidade é viajar no passado e na história da formação do país.

No período da organização das lutas pela Independência da Bahia (1822/1823), a então Vila sediou o governo Interino da Província, o que equivale hoje ao título de capital do estado. Cachoeira assumiu o centro das organizações e estruturação de todas as questões relacionadas à Província da Bahia, assegurando a função de destaque e símbolo de poder nos meses que durou a guerra.

## Educação Patrimonial: uma alternativa possível de conhecimento.

A educação patrimonial é um conhecimento prático e vivo entre nós, que deve ser desenvolvido e experimentado. O patrimônio nos possibilita ir além do tempo e analisar o passado para compreender melhor nosso presente, além de valorizar materiais e nossas riquezas imateriais, resgatando nossas identidades.

Educação patrimonial tem relação com cidadania, com o saber seus direitos e deveres, direito a memória e aos bens culturais. Sendo assim, torna-se um dever e responsabilidade conservar e cuidar de seu acervo histórico e cultural.

Ter contato com o patrimônio histórico da cidade é reconhecer o valor da sua história, e das experiências coletivas e individuais que carregam no tempo.

A educação patrimonial está relacionada diretamente com motivação para a cidadania e a identificação do indivíduo com seu meio. O patrimônio local é um espaço de conhecimento e valorização da nossa história e da memória coletiva de um povo.

Conhecer ambientes de grande sentido histórico para a comunidade local é importante e muito prático para nossa formação

como indivíduo. Essa experiência é necessária para exploração dos espaços públicos e patrimônios como meios produtores de conhecimento e da história, da nossa história! Como reflete Jacques Le

Goff: “O patrimônio se situa entre a memória e a história”. (LE GOFF, 1996, p. 42).

### Aprofundando o conceito



A **Educação Patrimonial** é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido neste processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural” (HORTA ET alli, 1999, p.7)

Assim, a história, o patrimônio e a memória estão diretamente ligados, e, portanto, devemos sim desfrutá-los ao máximo. É nesta relação que encontramos o sentido prático entre o tempo, o passado e o presente, uma ligação que normalmente não se faz e por isso não produz significado no conhecimento histórico. Conhecer é, também, conscientizar para a valorização e preservação, por isso é tão fundamental a educação através do patrimônio local.



### Trocando ideias!

“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia”. Cecília Londres, 2001.





Acreditando na educação através do patrimônio e dos espaços de memória da cidade como um caminho possível para conhecer e produzir conhecimento, vamos usar a Cidade de Cachoeira como um exemplo dessa possibilidade. Faremos isso Considerando os lu-

gares de memória como um terreno carregado de sentidos, muito propício para o desenvolvimento do conhecimento da história da cidade e de seu povo.

## Lugares de Memória: “Cachoeira respira história”



“A História está em todos os lugares e não é imutável como ainda é pensado, pelo contrário, é dinâmica e que mesmo em tempo remotos a História se faz presente adquirindo novos contextos” (BITTENCOURT, 2004, p. 193).

Os lugares de memória representam espaços que tem como função cruzar as vivências, histórias e experiências, sejam individuais ou coletivas de um povo. Nem sempre esses espaços são materiais, eles também podem significar lembranças, sensações e sabores

que criam uma ligação seja imaginada ou não. No entanto, pensar os espaços que remetem a alguma memória revela a importância do passado para as experiências do presente e o fortalecimento das identidades.

**Lugares de memória:** quer dizer, lugares, locais ou espaços onde fatos históricos aconteceram, o cenário do passado.

Quando relacionamos o passado com os ambientes em que foram produzidos, reconhecemos que nenhum acontecimento histórico se desvincula ou separa do espaço no qual aconteceu. De fato,

esses lugares absorvem e simbolizam as características de momentos anteriores, criando maior representatividade para a história e, conseqüentemente, para a memória coletiva do povo baiano.

Assim, as representações históricas e sociais estão unidas ao contexto e aos ambientes em que foram construídos, e são esses es-

paços que identificamos como lugares de memória. Assim como Pierre Nora, acreditamos que:

**“a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 7).**

A cidade de Cachoeira é um espaço de grande preservação da memória, ela respira história, a cada rua, beco, prédios, igrejas e casarões, cada ambiente desses revela ou mesmo esconde fatos importantes da história e da memória de sua população, fazendo com que a cidade consiga, a partir deles, conservar seu passado e as experiências de seu povo, adquirindo assim, o respeito, reconhecimento e valorização de todos que os conhecem.

O patrimônio material da cidade indica sua história e o processo de construção, desde seu perfil imponente, até as características mais específicas do barroco, especialmente nas Igrejas. Assim, podemos conhecer parte da cidade e sua influência no cenário nacional por meio de seu patrimônio material, que pela sua importância são caracterizados como espaços de memória, de grande potencial e ricos em simbologia e história.



### Fique ligado!

**Barroco:** estilo artístico, que surgiu na Itália no século XV) e se manifestou na literatura, arquitetura, pintura, escultura, música e teatro. As principais características do estilo barroco são: temas religiosos e profanos em estilo exuberante e decorativo.

A memória coletiva de uma cidade pode ser revelada nos lugares e patrimônios históricos, fazendo da memória algo mais concreto e próximo de quem a conhece. A utilização desses espaços como caminho para a construção de conhecimento, possibilita ao es-

pectador o contato com os fatos históricos, de forma interativa e mais efetiva.

Cachoeira nos permite trabalhar e conhecer a história da cidade e do país através de seu acervo patrimonial de maneira muito ampla

e rica. Isso acontece, principalmente, por ser uma cidade tombada pelo Instituto do patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) desde 1971, reconhecida como Monumento Nacional, título importante que demonstra o valor da cidade e de seu patrimônio para a história do Brasil. O título favorece a preservação e proteção dos bens materiais da cidade, tornando-a um dos municípios com o conjunto histórico mais bem conservado do Brasil.

Assim, é válido aproveitar as vantagens arquitetônicas da cidade como meio de ensino, como também para conscientizar e incentivar a relação de pertencimento ao lugar. Cachoeira consegue conciliar o desenvolvimento de atividades de ensino, a herança arquitetônica e as experiências históricas que são partes da história nacional. Então, a cidade possibilita conhecer o local histórico, assim como parte da história nacional, o que lhe confere tamanho valor e prestígio no cenário turístico.

O foco desse capítulo será nos lugares que, em alguma medida, tiveram envolvimento no processo de luta pela Independência do Brasil na Bahia, lugares que resistiram ao poder do tempo e, ainda hoje, fazem parte do patrimônio da cidade e das fontes históricas desse momento marcante para o país. Esses espaços provocam a curiosidade, a exaltação de sua beleza, mais que isso, nos incenti-

vam a conhecer e refletir sua história e seu valor para a população local.

Cachoeira era, no tempo da Independência, uma importante Vila da província Bahia. No que teve grande importância no processo de construção e formação do Brasil, contribuindo para o país ser quem é hoje.

O fato é que a população de Cachoeira teve seu momento de protagonismo na Guerra pela Independência do Brasil. Não apenas Cachoeira, estando na região do Recôncavo baiano, assim como as demais regiões, teve sua influência minimizada pela historiografia, no entanto, precisamos saber da nossa história e do nosso lugar, conhecer sua importância e seu valor para todo o país.

A partir das ideias já vistas, concluímos que há necessidade de conhecer mais profundamente os acontecimentos na guerra de Independência na Bahia que tiveram lugar em Cachoeira, aproveitando o patrimônio material da cidade, que no período esteve envolvidos, representando cenários no conflito e que, portanto, podem ser denominados, lugares de memória para a independência “nacional”, lugares de experiência e história coletiva, que criam afetividade, aproximação com a população, influenciando nas identidades





### Acesse na internet

Acesse o site do IPHAN. Lá você encontrará todas as informações e leis que falam sobre patrimônio brasileiro: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

## Mapa do Centro Histórico de Cachoeira



### Lugares de Memória – Patrimônio

- 1 – Praça Dr. Milton (Casa nº 23)
- 2 – Praça da Aclamação
- 3 – Casa de Câmara e Cadeia
- 4 – Praça da Liberdade
- 5 – O Porto (Rio Paraguau)
- 6 – Igreja Matriz
- 7 – Santa Casa de Misericórdia

**Figura 12**

Mapa de Cachoeira Bahia. Fonte: IBGE. Acesso em Abril/2017



## Casa de Câmara e Cadeia

O Prédio de Câmara e Cadeia foi tombado pelo IPHAN no ano de 1939.



Foto 3

Câmara e Cadeia. Cachoeira – Bahia. Arquivo Pessoal. (Jadson Santos)

**Paço Municipal:** É o espaço público que sedia o governo de um município, ou seja, a Câmara Municipal da Cidade.

A Casa de Câmara e Cadeia ou Paço Municipal fica localizado no limite da parte plana de Cachoeira, para proteger o prédio das enchentes do Rio Paraguaçu, muito comuns no século XIX. O prédio foi construído no final do século XVII, entre os anos de 1698 e 1712. Desde então, é o principal espaço de representação e organização política da localidade.

As câmaras municipais assumiam algumas funções do legislativo, executivo e o judiciário, assim, o mesmo prédio era construído para funcionar os principais órgãos da organização político-administrativa. Esse aspecto pode explicar a importância arquitetônica e o destaque em tamanho e beleza do prédio, localizado sempre no centro das Vilas.

O Paço Municipal representava, na sua construção, a hierarquia social, aspecto marcante na sociedade Colonial. Isso significava dizer que a forma que era organizada sua construção: no térreo ficava a cadeia e no primeiro pavimento a Câmara Municipal, tinha um sentido importante da divisão e diferença social, principalmente relacionada à questão racial e social. Definir essa

diferença social e racial através de símbolos era muito comum naquela sociedade que vivia no sistema escravista.

Em Cachoeira, o prédio era um dos espaços mais importantes e significativos para a história da cidade, além de toda sua importância arquitetônica de estilo Barroco, em alguns momentos, esteve no centro político de fatos que marcaram a trajetória de Cachoeira na história da Bahia. Por duas vezes, chegou a ser sede do Governo da província da Bahia, o que hoje conhecemos como Capital do Estado. A primeira oportunidade foi justamente no período da Guerra de Independência quando Salvador estava sob

o poder do exército português: e, na segunda, na Sabinada em 1837, revolta provocada pela insatisfação popular com o governo regencial que se instalou no Brasil, após a Independência. Nesse mesmo ano, Cachoeira foi elevada a categoria de Cidade.

A Casa de Câmara e Cadeia sediou no dia 25 de Junho de 1822 uma sessão para aclamar D. Pedro Príncipe Regente do Brasil, como “Defensor Perpétuo e Constitucional do Brasil”. As tropas que estavam em Belém, Iguape e outras localidades chegaram à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira para aclamar o Príncipe.



### Outras histórias

A **Sabinada** foi uma revolta baiana liderada por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, entre 1837 e 1838, e recebeu esse nome em referência a seu líder.



### O passado no presente

A **Casa de Câmara e Cadeia de Cachoeira**, também conhecido como Paço Municipal, é um sobrado histórico tombado na cidade de Cachoeira no século XVIII e hoje abriga a Câmara Municipal e o Museu da Câmara na antiga cadeia pública, na parte térrea do prédio



## Praça da Aclamação

É a praça mais importante e rica em patrimônios materiais da cidade.

A praça central é a mais importante de Cachoeira, local onde encontramos as construções arquitetônicas mais imponentes da cidade, não por acaso ela foi cenário de um momento marcante da História da cidade, assim como da Bahia. A praça recebe o nome de Praça da Aclamação pelo fato ocorrido no dia 25 de junho de 1822 quando D. Pedro I foi aclamado Príncipe Regente do Brasil.

Depois da sessão na Câmara, a consulta a população e a realização do Te Deum, as pessoas se encontravam agitadas no largo da praça. Após esse momento de grande movimentação e alegria da população da Vila de Cachoeira, começam os primeiros confrontos entre os cachoeiranos e portugueses.



Logo após os primeiros tiros da Canhoneira, começou a luta para silenciar a embarcação de guerra, aprisionar o comandante e marujos, e desarmar e prender os soldados e os portugueses que haviam feito disparos. Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia” (TAVARES, 2005, p.101)



**Foto 4**

Praça da Aclamação, Cachoeira – Bahia. Arquivo Pessoal. (Jadson Santos

## Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

A igreja recebe o nome da padroeira da Cidade de Cachoeira

Construída no século XVII.  
Foi tombada pelo IPHAN em 1939

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário é considerada uma das mais belas igrejas de Cachoeira, localizada no centro histórico da cidade. O imóvel possui um grande valor monumental e histórico, com seu interior revestido com os maiores painéis de azulejos do Brasil – com mais de 4 metros de altura – datados de 1750.

A igreja esteve envolvida nos acontecimentos das lutas pela Independência na Bahia. Embora inicialmente nos pareça estranho pensar na participação religiosa em questões de conflito e política, na época, era uma prática muito comum, pois o catolicismo era a religião oficial da Colônia e, portanto, tinha muita importância e papel ativo na sociedade.



Foto 5

Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Cachoeira-Bahia. (Jadson Santos)





A Igreja Católica era uma espécie de representação divina, a materialização de Deus na terra, e, portanto, indiscutível., Sua aprovação e apoio nos assuntos locais eram essenciais para o andamento dessas questões. Assim aconteceu! Com a organização do conflito na Vila e com a confirmação da aclamação, logo foi marcada uma missa, que ocorreu depois da sessão da Câmara, na manhã de 25 de junho de 1822.

O Te Deum começou após a consulta, comemorando a aclamação de D. Pedro como única autoridade do Brasil. Acredita-se que

perto de mil pessoas estavam presentes dentro e ao redor da Igreja Matriz de Cachoeira naquela ocasião.

A cerimônia Cristá, o Te Deum (antigo cântico latino) é um hino do cristianismo musicado através de salmos bíblicos, utilizados como parte do Ofício de Leituras da Liturgia. Normalmente utilizados em eventos solenes de ações de graças a um acontecimento muito importante, como foi aquele dia 25 de junho de 1822. Em homenagem à data, todos os anos no dia 25 do mês de Junho é realizada a missa na Igreja Matriz, como parte da programação oficial das festas de Independência em Cachoeira.

Essa prática é uma tentativa de conservação da memória do 25 de junho de 1822, ao "reviver" os passos que resultaram no início da guerra na Bahia. a partir de 2007, Cachoeira passou a ser Capital da Bahia todo dia 25 de junho, em reconhecimento ao papel desempenhado pela sua população nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia. (Lei Estadual 10.695/2007)



## Casa nº 23 – Praça Dr. Milton

Na fachada da casa, há uma placa em homenagem a sua importância histórica para a Independência.

A casa de nº 23<sup>a</sup>, localizada na Praça Dr. Aristides Milton, no centro de Cachoeira, próximo à Santa Casa de Misericórdia da cidade, tem sua construção datada do século XIX. No período em que começava a organização da guerra de Independência na Bahia, muitas Vilas já se articulavam em torno dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e na Cidade da Bahia. Os habitantes de muitas de baianas após o início do cerco português em Salvador, com a vigilância do exército liderado por Madeira de Melo, começam a pensar alternativas de oposição no interior da província.

Após os acontecimentos de 1822, a praça também ficou conhecida pela população local como Largo da Regeneração, em referência aos acontecimentos que sucederam nas áreas relacionadas às lutas pela Independência. No período de maior movimentação, quando a Vila de Cachoeira recebia inúmeras pessoas que estavam amedrontadas com a situação em que se encontrava Salvador, uma casa em especial se tornou espaço de conspiração e resistência na luta.

O fato é que chega ser curioso e estranho imaginarmos que, em meio a uma praça de Cachoeira, uma casa aparentemente comum,



**Foto 6**

A casa Nº 23-A,  
na praça Dr. Aristides Milton.  
Arquivo Pessoal. (Jadson Santos)

igual às outras daquela localidade, estivesse sendo usada pelos seus moradores de maneira tão intensa na organização da guerra de Independência. Nesse momento, vem o questionamento: por que a casa nº 23A e não outra? Quais as características que a diferenciava das outras?

O que se sabe é que a casa, na época da guerra, era moradia de um dos principais articuladores políticos. Possivelmente, esse fato foi marcante para a escolha da casa como espaço até então secreto para a realização de reuniões em que estavam organizados os contrários a Madeira de Melo. De fato, é compreensível que esses encontros antes da guerra, fossem realizados em um lugar discreto e livre dos olhos da população local.

Naquele período, precisamente no início de 1822, quando já se vislumbrava um conflito maior, Cachoeira junto aos representan-

tes de outras Vilas da região já discutia organizar o apoio ao D. Pedro e conseqüentemente a separação definitiva do Brasil com Portugal. A reunião mais importante, na qual se definiu Aclamar e a autoridade de D. Pedro, aconteceu na casa nº 23 na madrugada de 25 de junho de 1822, ao finalizar esse encontro, os “homens bons” seguem em caminhada até a Câmara da Vila, para finalmente oficializar o apoio e dar início à guerra na Bahia.

Após o início das lutas pela Independência na Bahia, cria-se um novo centro de governo fora de Salvador e dos “olhos” de Madeira de Melo. Ou seja, Salvador era a capital ligada a Portugal e Cachoeira uma Capital dos “brasileiros”. O conselho era formado por representantes das Vilas do Recôncavo e foi esse grupo que governou a Bahia durante toda a Guerra de Independência. Cachoeira tornou-se a nova sede do governo, como afirma o historiador Luís Henrique Dias Tavares em seu livro:



“O conselho Interino de governo da província da Bahia se instalou no dia 6 de setembro de 1822 no Hospital São João da Vila da Cachoeira, anos depois transformado em Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Cachoeira” (TAVARES, 2005, p.125.)

É interessante observarmos que, inicialmente, as reuniões, medidas e todas as decisões relacionadas à Bahia e à guerra eram definidas no salão do Hospital da Vila de Cachoeira, localizado na mesma região da casa dos primeiros encontros na Vila. Im-

portante destacar que nesse mesmo espaço que servia como uma instituição de saúde, foi utilizado como lugar para administração política da província, utilizado para discutir as questões políticas e de guerra em Cachoeira.



## Conjunto da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira

O Conselho Interino de Governo foi criado para facilitar a administração da província durante a guerra de Independência, impedindo assim que Portugal atrapalhasse os planos e a resistência baiana no conflito.

O conselho com sede em Cachoeira existiu durante 10 meses, entre setembro de 1822 e julho de 1823.

O Conselho Interino de Governo da província da Bahia originou-se da Junta Interina, Conciliatória e de Defesa, criada em 26 de junho de 1822, no dia seguinte ao início do primeiro confronto entre portugueses e brasileiros em Cachoeira. A Junta, que se transformou em Conselho, ampliou suas funções para toda a província da Bahia e exerceu “enérgica e constante ação política, militar e administrativa” desde que foi constituído pelas Vilas do Recôncavo onde se estabeleceu. Podemos dizer que o Conselho representou um governo de resistência ao poder de Lisboa. (TAVARES, 2008: p. 239).

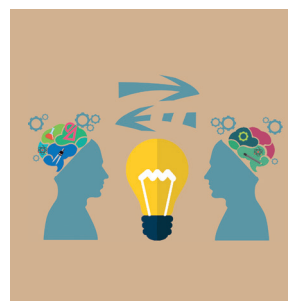
Faziam parte do Conselho Interino representantes das vilas baianas, sendo no total de 17 procuradores, um para cada Vila integrante. O Conselho tinha o poder de decidir em nome da população de suas respectivas Vilas durante toda a guerra contra



**Foto 7**

Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira.  
Cachoeira, Bahia, Jomar Lima

Portugal. Todos eram homens que possuíam bens e prestígio político na região, homens que faziam parte da elite baiana, com a presidência de Miguel Calmon.



### Trocando ideias!

Miguel Calmon Du Pin e Almeida nasceu em 1794 em Santo Amaro no distrito de Patativa. Foi presidente do Conselho Interino. Ficou conhecido na História como o Marquês de Pombal.



## Praça Teixeira de Freitas

A Praça Teixeira de Freitas, ou Praça da Liberdade, está localizada no centro histórico da cidade de Cachoeira, em frente ao Rio Paraguaçu. É uma praça muito importante para a história da cidade. Teixeira de Freitas foi um importante jurista nascido na cidade de Cachoeira.

Teixeira, um dos mais brilhantes da sua época. Como reconhecimento dá nome ao fórum da cidade, antiga casa de sua família. Antes de ser chamada Praça Teixeira de Freitas, a praça recebia o nome de Rua Larga e Largo do Pelourinho, hoje, é mais conhecida como Praça da Liberdade em referência à estátua da liberdade presente na parte superior do monumento, simbolizando a conquista da Independência brasileira na guerra.

Ao lado do monumento, foram fixados dois canhões de pequeno porte, usados no período das lutas na cidade, que foram encontrados tempos depois no Rio Paraguaçu. A proposta da praça e da construção do patrimônio foi uma tentativa de acolher e juntar em

um só espaço símbolos da guerra na cidade e, assim, homenagear os filhos/filhas da cidade que participaram das lutas pela Independência da Bahia.

Hoje, a praça é um espaço de grande utilização popular, principalmente pela sua privilegiada localização, frente às escadas que dão acesso ao Rio Paraguaçu, no entanto, não perde sua representatividade histórica e seu principal papel de símbolo de memória da história da cidade.



Foto 8

Praça Teixeira de Freitas. Arquivo Pessoal.  
(Jadson Santos)



### Fique ligado!

**Jurisconsulto:** Pessoa que conhece as leis e cuja profissão é dar pareceres sobre questões

## O Porto (Rio Paraguaçu)

O Rio Paraguaçu nasce no município de Barra da Estiva, na Chapada Diamantina, mais precisamente na Serra do Cocal. Percorre cerca de 520km de território baiano, passando por três regiões distintas: a região da Chapada Diamantina, com suas serras e vales; atravessa a Caatinga de terra fértil e clima árido; e o Recôncavo, carregado de história. Finalmente derrama suas águas na Baía de Todos os Santos.

A navegação foi sempre um fator importante na história do Rio Paraguaçu, tanto do ponto de vista histórico quanto do econômico. Desde do tempo das canoas usadas pelos povos indígenas, e, quando era um importante meio de transporte da população ribeirinha, até os sofisticados navios a vapor do final do século XIX até meados do século XX, transportando pessoas e mercadorias do Recôncavo à Capital da Bahia. Esse cenário começa a se modificar após a construção da ponte D. Pedro II, que liga Cachoeira a São Félix, concluída no final do século XIX.

Um dos principais pontos de movimentação fluvial e de mercadorias da região no período colonial, o segundo mais importante, o porto era o local onde as embarcações vindas de várias regiões desembarcavam produtos como a cana-de-açúcar produzida pelos grandes engenhos do Recôncavo, o fumo que era cultivado nos

Campos de Cachoeira (denomina Campos de Cachoeira, uma área de aproximadamente 20 léguas ao redor da Vila da Cachoeira, destacou-se pela produção fumageira), além de outras culturas agrícolas, como: legumes, milho, mandioca, pescados, etc.

Podemos perceber na história do rio, que mesmo depois da crise econômica na região do Recôncavo e da construção da ponte, ambas no final do século XIX, o Rio Paraguaçu continuou sendo um elemento basal para o desenvolvimento econômico, histórico e cultural do recôncavo baiano, especialmente para as cidades de Cachoeira e São Félix, que tem a sorte de viver diante dessa linda maravilha da natureza.



**Foto 9**

Porto da Cidade de Cachoeira-Bahia (Rio Paraguaçu). (Jadson Santos)







## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edith Mendes da Gama e. Precursoras do Feminismo na Bahia. IN: Anais do 1º Congresso de História da Bahia Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Cidade do Salvador: Tipografia Beneditina. V.IV, p.233 -240, 1950.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. Algarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889 -1923). Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- ALMEIDA, Vanessa P. As experiências do uso de máscaras por mulheres: as Caretas do Mingau. UFRB, 2017.
- AMARAL, Braz do. História da Independência na Bahia. Salvador: Progresso, 1957.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Guerra da Bahia. Salvador: CEAO, 2001
- BAHIA. Lei Nº 10.695/07 aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e sancionada pelo governador Jaques Wagner, estabelece que em 25 de junho a sede do governo seja transferida para Cachoeira. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10695-de-24-d-e-setembro-de-2007>. Acesso em: 29 de mar. 2017
- BARROS, Judite Santana. Saubara dos cantos, contos e encantos. Feira de Santana: Relomaq Gráfica Rápida, 2002.
- \_\_\_\_\_. Saubara dos cantos e encantos. Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo, (org.) Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares da educação. Brasília : MEC, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. Os esplendores da imortalidade. Folha de São Paulo, 1999.
- COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole (1808 -1853). In MOTA, Carlos Guilherme. 1822 Dimensões. São Paulo Perspectiva, 1986, p.160 -184
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos de. Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a Guerra: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.
- HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- JANCSÓ, István. Na Bahia, contra o império: história do Ensaio de Sedição de 1798. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

JESUS, Paulo. Recôncavo da Bahia. In: NASCIMENTO, C. O. C. (Org.); JESUS, R. C. D. P. (Org.); GUSMÃO, P. M. P. (Org.). Caderno Pedagógico – Diálogo entre a UFRB, as escolas de ensino médio e as comunidades populares do Recôncavo. Cruz das Almas: Editado pela UFRB/PROPAAE/ Programa Conexões de Saberes -SECAD -MEC, 2008. v. 1.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 1996.

LONDRES, Cecília (org.). Revista Tempo Brasileiro n. 147: Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro, out./dez., 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7 -28, dez. 1993.

MILTON, Aristides. Efemérides Cachoeiranas. Salvador: UFBA, 1979.

MOREIRA, Igor Roberto de Almeida. “Manoel da Silva Soledade: a emblemática figura do 25 de junho”. In: SOUZA, Jacó dos Santos. (org.) *A Insurgente Vila da Cachoeira: poder, imprensa e tensões na Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2023.

PAIM, Zilda. Isto é Santo Amaro. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005

REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 79 -98.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 -1835. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005

\_\_\_\_\_. História da Bahia. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. “O levante dos Periquitos”. In: *Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; Campinas: Unesp, 2003, p. 188-252.

## MANUAL DO PROFESSOR

Caro (a) Professor(a),

Apresento aos(as) colegas o manual do(a) professor(a) com discussões e atividades que servem como suporte para trabalhar o livro “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo”. Este material tem como objetivo servir como apoio propositivo e dialogado, na ação pedagógica e metodológica do conteúdo histórico, permitindo a continuidade de sua autonomia, como educador/educadora na sala de aula.

O manual está organizado em partes que priorizam as discussões sobre a importância e autonomia do(a) educador(a) na construção

do conhecimento com o educando(a), o ensino de História Local e o Patrimônio Material como possibilidade de formação cidadã. O manual não substitui nem pretende interferir no trabalho docente com os estudantes, pois é uma conversa que aponta algumas possibilidades, que devem ser adaptadas ao interesse do(a) professor(a) e às especificidades de cada turma. As atividades são sugestões metodológicas que também podem ser ampliadas e modificadas por vocês quando necessário.

Bom Trabalho!



# INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO

## Apresentação

O livro paradidático “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo” é o registro escrito de acesso amplo sobre a participação do Recôncavo nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia, permitindo ao(à) professor(a) abordar de maneira mais acessível, diversificando a temática. É importante refletir e conhecer mais sobre o assunto na sala de aula, especialmente na região, pois se trata do conhecimento sobre o lugar de origem e os espaços da realidade vivida.

O livro retrata um momento histórico, abordando principalmente a contribuição de grupos sociais marginalizados no processo de emancipação política do Brasil. Interessado em levar ao ambiente escolar a importância dessas pessoas, mulheres, pobres, escravizados e libertos –, para a construção do país, que raramente são abordados na sala e nos livros didáticos.

Centralizamos uma temática de História Regional e Local, acreditando na importância de levar ao acesso dos jovens a contribuição e importância de seus antepassados, e de lugares comuns a sua realidade e ao contexto nacional. Os conflitos ocorridos na Bahia e suas vilas eram de interesse de todo o Brasil e é importante divulgá-los, levar ao conhecimento da comunidade escolar tais fatos históricos.

Os três capítulos do livro buscam fazer uma breve discussão dos acontecimentos históricos tratando sobre os lugares que se tornaram espaços de memória para a população local nos dias de hoje. Os dois primeiros capítulos retratam os fatos históricos, as lutas, os grupos que estiveram envolvidos, uma espécie de revisão e contextualização histórica do conteúdo. O último capítulo é uma expressão da relação entre passado e presente, exemplificado através dos lugares e patrimônios que foram centrais, que ainda

resistem ao tempo, e representam parte da memória do processo de Independência na Bahia.

A utilização do patrimônio material e imaterial local no ensino de história é uma importante ferramenta educativa, especialmente da história local. Fazer a relação entre história, patrimônio e me-

mória potencializa a produção do conhecimento possibilita novas descobertas ao educando e até mesmo ao educador na sala de aula e nos espaços de educação. De fato, essa parceria metodológica deve ser explorada e, principalmente, vivenciada enquanto caminho para o conhecimento e para o ensino de história.

## **INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO**

### **Descrevendo o Livro**

O livro “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo” tem por objetivo retratar parte da participação do Recôncavo na Guerra de Independência na Bahia e os lugares que compõe essa história, especialmente os patrimônios materiais de Cachoeira. Para isto, foi feito um pequeno recorte da volumosa narrativa que retrata o processo que levou a libertação definitiva do Brasil de Portugal.

Assim, centralizamos o livro na história ainda pouco divulgada pelos livros didáticos, nas personagens secundarizadas na narrativa sobre Independência, ressaltando suas participações e os territórios envolvidos nesse processo. Apesar disso, não deixamos de

contextualizar o conteúdo, fazendo um panorama geral da História da Independência do Brasil na Bahia, e apontando as principais análises já feitas sobre a temática.

No Segundo capítulo, partimos para os relatos que estão diretamente relacionados ao processo na Bahia e por consequência a região do Recôncavo e suas Vilas. Essa é uma parte do livro de grande interesse aos estudantes baianos, pois é a partir desse capítulo que adentramos nas questões locais, levando o conhecimento da história e dos espaços de memória.

O livro também traz à cena personagens representativas para grupos sociais marginalizados na história, como é o caso das mulheres e da população negra como parte integrante e decisiva para a consolidação da Independência na Bahia. Assim, o livro explora fatos sobre essas pessoas no contexto da guerra e sua simbologia para as populações presentes. O final do livro é a cereja do bolo, a parte que completa de maneira inusitada, mas, muito potente: a história e o patrimônio como ferramenta para aprendizagem e produção do conhecimento da guerra na Bahia. Para isso, reconhecemos os patrimônios como Lugares de Memória, espaços

carregados de significado para o acontecimento e para a população local, um bom momento de trabalhar a história do lugar.

Os três capítulos que compõem o livro seguem uma linha que pretende apoiar e contribuir na formação dos jovens baianos, principalmente ao levar a história da Independência ainda tão distante da realidade escolar deles, fazendo isso a partir do patrimônio material das cidades em que vivem ou que poderão visitar. É uma oportunidade de trabalhar a História Local, temáticas que são próximas ao cotidiano dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

## **INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO RECÔNCAVO**

### **Objetivos pedagógicos**

- Espera-se do paradidático “Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo”, promover uma formação que proporcione aos educandos: conhecer a história da Independência do Brasil, na Bahia, e identificar a importância da região do Recôncavo, e de sua população no processo de luta pela emancipação política do país;
- Valorizar a História regional e local através da abordagem do ensino;
- Desenvolver a noção de Patrimônio material e Imaterial e a importância de preservação para a memória coletiva local;



- Compreender a construção da cidadania como sujeito histórico, passando a conhecer a história de seu lugar e seus antepassados;
- Relacionar memória coletiva com a história e patrimônio, fazendo desse processo, a motivação para o aprendizado e valorização das identidades;
- Trabalhar com imagens e mapas como instrumentos metodológicos no conhecimento histórico.

## Introdução

A produção do conhecimento histórico tem como característica privilegiar eventos, personagens e lugares concebidos como excepcionais e legítimos. Tal concentração é responsável pela construção do currículo escolar, e conseqüentemente, validam o saber que deve ser eleito e transmitido na produção didática. Esta tessitura, na qual a educação no Brasil foi estruturada, é responsável pelo reconhecimento das histórias dos grandes feitos, lugares e homens, eleitos e legitimados, colocando as outras formas de conhecimento e saberes na posição subalternizada, e por muitas vezes, silenciada na organização curricular.

É em meio a esses questionamentos que este livro se insere, buscando problematizar uma temática, ou melhor, uma parte dela que é desconsiderada no currículo das escolas, especialmente nas instituições de ensino da Bahia e região sobre a contribuição da

população do Recôncavo nas Lutas de Independência na Bahia, conseqüentemente, na emancipação do Brasil.

Nesta perspectiva, nota-se que os estudos sobre a emancipação política do Brasil acabam por explorar os acontecimentos gerais, apontando a experiência no Rio de Janeiro como referência para todo o resto do país. As análises são imbuídas de generalizações que não contemplam as diversidades territoriais e de interesses que cada província vivenciava no contexto da Independência do Brasil. Da mesma forma, estas contribuições acabam silenciando aspectos que foram essenciais para eventos emancipatórios, e que decidiram as conseqüências ocorridas na história.

Este material busca construir uma opção de conhecimento e metodologia que centralize a temática através das experiências dos

sujeitos e dos patrimônios locais, levando o acesso à História da Independência do Brasil a partir da Bahia, do Recôncavo e dos

## Por que estudar História Local?

A utilização da História Local, como perspectiva de introdução de conteúdos próximos aos estudantes, favorece uma aprendizagem que desperte a importância da história da sua cidade a partir de uma visão maior e mais ampla.

É válido apresentar aos estudantes assuntos que perpassam os diversos aspectos de sua vida, seja ela atual ou não, ou através da contribuição e participação dos seus antepassados, na formação do que hoje eles conhecem no seu cotidiano, como elementos formadores de sua identidade. Ao apresentar a História Local, os estudantes tendem a compreender e a problematizar o entorno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência (BITTENCOURT, 2011. p.168).

Assim, podemos verificar a necessidade de trabalhar nas salas de aulas uma História que represente e identifique os estudantes para buscar aproximá-los dos conteúdos históricos, demonstrando a importância da História Local e colocando-os como sujeitos integrantes da História, possibilitando sua auto-afirmação, e valorização da

espaços de memória, criando, desse modo, uma relação de aproximação e afetividade no processo de ensino e de aprendizagem.

sua identidade, especialmente dos jovens negros, que ainda são vítimas do próprio sistema educacional e social que o inferiorizam e estigmatizam como indivíduos.

Utilizar a História Local no Ensino de História é assegurar voz aos sujeitos que foram silenciados e excluídos dos conteúdos eleitos e legitimados como verdadeiros. É uma tentativa de trazer pessoas e lugares para o cenário escolar, escolhendo a memória coletiva como perspectiva de aprendizagem no ensino de História e como conhecimento que pode ser validado e reproduzido em instituições escolares.

É possível criar um paralelo que coloca o ensino de história numa perspectiva do cotidiano, apresentando a temática da Independência na Bahia sobre o viés do Recôncavo e especialmente o papel da Vila de Cachoeira na organização e consolidação do movimento, oferecendo aos estudantes algo novo e, ao mesmo tempo, familiar, fazendo com que o aprendizado seja algo válido e envolvente.

Desse modo, a História Local atua no resgate da autoestima do povo de sua região ou cidade, quando ao desnudar seu passado histórico dá um novo sentido à questão de pertencimento e da própria identidade local. A História do Recôncavo e de Cachoeira, em es-

pecial, tem sua relevância no cenário brasileiro, pois suas histórias estão entrelaçadas com a história da Independência e da própria formação do Brasil, e isto deve ser socializado e democratizado para toda a população.

## Ensino de História e Educação Patrimonial

A educação patrimonial pode ser concebida como um processo educativo através do patrimônio material e imaterial de um lugar, tendo como principal interesse levar o conhecimento para conscientizar a preservação dos bens e espaços dos lugares em que vivem. Podemos dizer que a memória e o patrimônio são produtos construtores da história de um povo ou de um lugar no tempo. A partir deles, podemos encontrar características e concretude na História, mantendo-a viva no espaço e no tempo para a sociedade atual. O patrimônio pode ter a função de materializar a história, tornando-a palpável. Através da produção material, os fatos históricos conseguem relacionar passado e presente, pondo aos olhos a história viva e vista. Desta forma, o ensino de história por meio da utilização do patrimônio torna-se uma ferramenta importante, colocando o aprendizado em uma perspectiva real e, principalmente, próxima dos estudantes.

Esta proposta visa colaborar com a produção do conhecimento sobre a importância e potencialidade do patrimônio para a preservação da memória e para o fortalecimento da identidade local, fazendo destes lugares históricos um espaço de memória, referência e materialidade, importante na construção identitária de sua população e, conseqüentemente, na formação educacional do lugar. A cidade de Cachoeira se destaca, neste sentido, por ser um local com um acervo arquitetônico e uma trajetória histórica muito relevante para a formação do Brasil. Ela consegue criar uma correlação entre a história e o patrimônio material e, ainda, o imaterial, a partir da memória coletiva produzida no tempo. O patrimônio imaterial entra em cena por meio das experiências e memórias construídas através de fatos marcantes, para a Independência do Brasil, colocando e enfatizando a cidade e esses espaços como lugares representativos da memória coletiva da cidade.





## Sugestões de Leitura e Pesquisa

AMARAL, Braz do. História da Independência. Salvador: 2.<sup>a</sup> edição: Livraria Progresso, 1957.

\_\_\_\_\_; SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Memórias Históricas e Políticas da

Província da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, v. 3, 1919-1940,

ALBUQUERQUE, Wlamyra. R. Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia, Ed. da Unicamp, 1999.

ARAÚJO, Ubiratan de Castro (org.). Fundação Pedro Calmon, 2011. 2 de julho: a Bahia na independência nacional.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a Guerra: A participação popular nas lutas pela Independência da Bahia. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

REIS, João José, SILVA Eduardo. O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na independência da Bahia, In: Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. Companhia das Letras, 1989.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Salvador: Edufba, 2005.

## Sequência Didática

### REFERÊNCIAS

AMARAL, Braz do. História da Independência. Salvador: 2.<sup>a</sup> edição: Livraria Progresso, 1957.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Tamires Conceição. Independência do Brasil na Bahia: Memória e Patrimônio no Recôncavo. Cachoeira: UFRB, 2017.

MILTON, Aristides. Efemérides Cachoeiranas. Salvador: UFBA, 1979.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Salvador: Edufba, 2005.

## Site:

Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/>

## Documentários:

Os Heróis do Brasil – A Independência da Bahia, dirigido por André Sobral e Fabrício Mendieta, disponível em: <https://www.youtube.com/@osheroisdobrasil/videos>. Acesso em: 29 de mar. 2017.





Imprimiu-se este livro na EGBA, sobre papel couchê fosco 115g. (miolo) e duo design 300g. (capa), nas fontes Adobe Garamond Pro e Swis721BlkCnBT, no outono de 2024, quando completam-se 100 anos de nascimento do historiador Cid Teixeira. Tiragem: 1.000 exemplares